



Primeiros Nove Meses 2010

Relatório consolidado

Portugal Telecom

01	Análise dos resultados consolidados	4
02	Evolução dos negócios	16
	Mercado doméstico	16
	Mercado internacional	27
	Demonstrações financeiras consolidadas	30

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Portugal

		Receitas (milhões de euros)
Rede fixa	> retalho, voz e dados para grandes empresas, ISP e banda larga [PT Comunicações 100%] > Voz e dados para PME [PT Prime 100%]	1.453
Móvel	> TMN 100%	1.045

Principais activos internacionais

		Receitas (milhões de euros)
Unitel 25% (*)	> Angola	> Móvel 824
CTM 28%	> Macau	> Fixo, móvel, Internet e dados 192
MTC 34% (*)	> Namíbia	> Móvel 109
UOL 29%	> Brasil	> ISP, conteúdos e Internet 73
CVT 40% (*)	> Cabo Verde	> Fixo, móvel, Internet e dados 59
Timor Telecom 41,12%	> Timor	> Fixo, móvel, Internet e dados 31
CST 51% (*)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel, Internet e dados 9

(*) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];
Call centers e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 82,05%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾	Milhões de euros					
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Receitas operacionais	952,2	949,3	0,3%	2.792,6	2.772,2	0,7%
Rede fixa ⁽²⁾	481,6	481,1	0,1%	1.452,6	1.446,4	0,4%
Móvel Portugal • TMN ⁽²⁾	355,9	397,9	(10,5%)	1.045,4	1.135,0	(7,9%)
Outros e eliminações	114,6	70,4	62,7%	294,5	190,8	54,4%
Custos operacionais, ex. PRBs e amortizações	570,3	552,5	3,2%	1.663,3	1.595,2	4,3%
Custos com pessoal	163,7	140,7	16,4%	470,6	408,8	15,1%
Custos directos dos serviços prestados	137,4	127,8	7,4%	412,8	384,6	7,3%
Custos comerciais	98,0	111,0	(11,7%)	272,2	307,1	(11,4%)
Outros custos operacionais	171,2	173,1	(1,1%)	507,8	494,6	2,7%
EBITDA ⁽³⁾	381,9	396,8	(3,8%)	1.129,2	1.177,0	(4,1%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	17,8	22,4	(20,5%)	53,5	67,2	(20,5%)
Amortizações	199,6	168,3	18,6%	549,3	491,7	11,7%
Resultado operacional ⁽⁴⁾	164,5	206,0	(20,2%)	526,5	618,1	(14,8%)
Outros custos (receitas)	100,5	13,5	n.s.	121,1	28,7	n.s.
Custos do programa de redução de efectivos, líquidos	1,6	0,6	172,4%	10,9	4,1	166,1%
Menos (mais) valias líquidas na alienação de	(1,8)	(0,4)	n.s.	(1,0)	(0,9)	10,2%
Outros custos (ganhos) líquidos	100,7	13,3	n.s.	111,2	25,5	n.s.
Resultado antes de resultados fin. e impostos	64,0	192,5	(66,8%)	405,4	589,4	(31,2%)
Custos (ganhos) financeiros	98,8	18,7	n.s.	145,6	22,5	n.s.
Juros suportados líquidos	56,9	60,1	(5,3%)	175,5	164,2	6,9%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	18,5	(56,1)	n.s.	(65,4)	(158,3)	(58,7%)
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	23,3	14,7	58,2%	35,5	16,6	114,0%
Resultado antes de impostos	(34,8)	173,8	n.s.	259,7	566,9	(54,2%)
Imposto sobre o rendimento	(37,6)	(52,7)	(28,6%)	(64,1)	(164,4)	(61,0%)
Resultado das operações continuadas	(72,4)	121,2	n.s.	195,6	402,5	(51,4%)
Resultado das operações descontinuadas	5.474,8	29,6	n.s.	5.551,5	44,4	n.s.
Resultado antes de interesses minoritários	5.402,4	150,7	n.s.	5.747,0	446,9	n.s.
Prejuízos (lucros) atribuíveis a interesses minoritários	(49,2)	(34,6)	41,9%	(129,3)	(74,3)	74,2%
Resultado consolidado líquido ⁽⁵⁾	5.353,2	116,1	n.s.	5.617,7	372,7	n.s.

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada. (2) As receitas operacionais dos negócios de rede fixa e móvel doméstico reflectem o impacto da decisão regulamentar de diminuição das tarifas de terminação móvel (MTRs). Na TMN, este impacto ascendeu a 7 milhões de euros no 9M10. As receitas operacionais da rede fixa reflectem o impacto da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais a partir do 3T09. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (5) No 3T10 e nos 9M10, o resultado líquido inclui itens extraordinários relacionados com a mais-valia obtida com a alienação da Brasilcel e os ajustamentos de conversão cambial acumulados que foram reconhecidos no resultado líquido na data da alienação e ajustamentos ao valor contabilístico de certos activos, provisões para contingências e outros custos não recorrentes.

Receitas operacionais consolidadas

Nos 9M10, as receitas operacionais consolidadas aumentaram 0,7% face aos 9M09, para 2.793 milhões de euros, em resultado do crescimento das receitas da rede fixa e das operações internacionais, nomeadamente da MTC na Namíbia, da Timor Telecom e da Dedic. A diminuição das MTRs impactou o crescimento das receitas em 0,3 pp nos 9M10.

Nos 9M10, as receitas das operações domésticas diminuíram 3,0% face aos 9M09. A evolução das receitas das operações domésticas foi negativamente impactada por menores vendas de equipamentos (20 milhões de euros),

01 Análise dos resultados consolidados

menores MTRs (8 milhões de euros), pela alteração no reconhecimento das penalidades contratuais na rede fixa (8 milhões de euros) e por menores receitas de clientes na TMN, em resultado de condições económicas adversas em conjunto com o aumento da concorrência no segmento jovem.

Não obstante as difíceis condições económicas e a evolução adversa das receitas de lacetes locais desagregados no 3T10, o negócio de rede fixa consolidou a inversão para uma tendência positiva das suas receitas. Nos 9M10, as receitas operacionais da rede fixa aumentaram 0,4% face aos 9M09, de 1.446 milhões de euros para 1.453 milhões de euros, impulsionadas pelas receitas de retalho e não obstante menores receitas no segmento empresarial e de dados, uma diminuição significativa do negócio de listas telefónicas e uma redução das receitas de wholesale. Excluindo o impacto da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais acima referido, as receitas da rede fixa teriam aumentado 1,0% nos 9M10 face ao mesmo período do ano anterior. No 3T10, as receitas de retalho cresceram 0,4%, face ao 3T09, suportadas pelo forte e contínuo desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição), que tem impulsionado um melhor desempenho em termos de desligamentos de linhas e banda larga. Nos 9M10, as receitas de retalho diminuíram 0,3% face aos 9M09, de 727 milhões de euros para 725 milhões de euros, enquanto excluindo o impacto da alteração no reconhecimento das penalidades contratuais as receitas de retalho da rede fixa teriam crescido 0,7% face aos 9M09.

Na rede fixa, as adições líquidas de retalho atingiram 239 mil nos 9M10, um aumento de 10,6% face aos 9M09, impulsionado pelo sucesso da oferta triple-play do Meo da PT, que tem vindo a contribuir para ganhos constantes e sucessivos de quota de mercado de banda larga e para uma redução record nos desligamentos líquidos de linhas. Em resultado, de acordo com o relatório emitido pela ANACOM para o 3T10, o regulador português de telecomunicações, a PT tem aumentado consecutivamente, nos últimos dez trimestres, a sua quota de mercado de banda larga fixa. Nos 9M10, os clientes de retalho de banda larga fixa aumentaram 18,7% face aos 9M09, atingindo 964 mil clientes. As adições líquidas de retalho de banda larga atingiram 102 mil nos 9M10, em linha com a melhoria da tendência apresentada em 2009. O sólido desempenho da oferta triple-play do Meo contribuiu decisivamente para mitigar os desligamentos líquidos de linhas do serviço fixo, que se situaram em 52 mil nos 9M10 face a 80 mil nos 9M09 e a 143 mil nos 9M08. Adicionalmente, os desligamentos líquidos de linhas geradoras de tráfego ascenderam a apenas 20 mil nos 9M10, face a 48 mil nos 9M09, uma melhoria de quase 60%, e a 89 mil nos 9M08. A oferta Meo da PT continua a obter uma forte procura no mercado, tendo atingido uma quota de mercado de 28,3%. As adições líquidas de TV por subscrição atingiram 188 mil nos 9M10 e o total de clientes de TV por subscrição atingiu 769 mil, o equivalente a 79,8% de penetração na base de clientes de banda larga fixa de retalho, um crescimento de 17,6pp face aos 9M09. Nos 9M10, as RGU de retalho por acesso aumentaram 11,3% face ao mesmo período do ano anterior, para 1,64.

Nos 9M10, as receitas operacionais da TMN diminuíram 90 milhões de euros (-7,9% face aos 9M09), para 1.045 milhões de euros, principalmente devido a: (1) menores receitas de cliente (44 milhões de euros), num contexto económico adverso e de aumento da penetração de planos tarifários pré-pagos de taxa fixa on-net, especialmente no segmento jovem; (2) menores vendas de equipamentos (27 milhões de euros), e (3) menores receitas de interligação (13 milhões de euros), parcialmente em resultado do impacto negativo da redução das MTRs (7 milhões de euros). As receitas de dados continua a ser uma importante fonte de crescimento, tendo representado 24,5% das receitas de serviço, mais 1,8pp que no mesmo período do ano anterior.

As outras receitas, incluindo as eliminações intra-grupo, aumentaram 54,4% nos 9M10, face aos 9M09, para 294 milhões de euros. Este desempenho deveu-se principalmente: (1) ao aumento de 32,4% e 20,2% face ao mesmo período do ano anterior na Timor Telecom e na MTC, respectivamente; (2) à melhoria das tendências no negócio da Dedic, e (3) à consolidação da GPTI, uma empresa de TI / SI adquirida pela Dedic, a partir de 1 de Março de 2010.

01 Análise dos resultados consolidados

Custos operacionais consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, aumentaram 4,3% para 1.663 milhões de euros nos 9M10, face a 1.595 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, essencialmente em resultado de maiores contribuições: (1) da rede fixa (50 milhões de euros), reflectindo custos de programação mais elevados, devido ao contínuo crescimento dos clientes do serviço de televisão, e um aumento nos custos com comissões e marketing e publicidade, devido ao enfoque na promoção dos serviços de televisão e das ofertas triple-play, e (2) do negócio de call center da Portugal Telecom no Brasil. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução na TMN (71 milhões de euros, -8.9% face aos 9M09), em resultado do rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações, num contexto económico adverso.

Os custos com o pessoal aumentaram 15,1% nos 9M10 para 471 milhões de euros, essencialmente em resultado de maiores contribuições: (1) da Dedic, a nossa operação de call center no Brasil, no seguimento dos investimentos efectuados nos 9M10 para a expansão deste negócio e do impacto da apreciação do Real Brasileiro (19 milhões de euros), e (2) da GPTI, a qual foi consolidada a partir de 1 de Março de 2010. Os custos com pessoal representaram 16,9% das receitas operacionais consolidadas.

Os custos directos aumentaram 7,3% para 413 milhões de euros nos 9M10 e representaram 14,8% das receitas operacionais consolidadas. Este crescimento é explicado essencialmente pela maior contribuição por parte da rede fixa (29 milhões de euros), com o aumento nos custos de programação, relacionado com o desenvolvimento dos serviços de televisão por subscrição, a ser parcialmente compensado pela redução nos custos de interligação, reflectindo basicamente o impacto da redução das MTRs, e por menores custos com o negócio das listas, em resultado do declínio significativo deste negócio.

Os custos comerciais diminuíram 11,4% para 272 milhões de euros nos 9M10 e representaram 9,7% das receitas operacionais consolidadas. Esta diminuição ficou a dever-se a uma redução na TMN (48 milhões de euros), em resultado de menores vendas e do enfoque na redução da variedade de equipamentos que integram o portfólio da TMN e no aumento do número de equipamentos exclusivos. Este efeito foi parcialmente compensado pela maior contribuição por parte da rede fixa (9 milhões de euros), em resultado do crescimento do serviço de televisão por subscrição.

Os outros custos operacionais, que incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 2,7% para 508 milhões de euros nos 9M10, essencialmente em resultado: (1) do impacto da consolidação da GPTI desde 1 de Março de 2010 (11 milhões de euros), e (2) do aumento de custos no negócio de call center da Portugal Telecom no Brasil, em resultado dos custos de aluguer relacionados com a construção de novos sites concluído no 1T10. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma menor contribuição das operações domésticas, em resultado da decisão de suspender o programa de redução de efectivos e enfoque na internalização, não obstante o aumento dos custos de suporte e apoio ao cliente relacionados com o forte crescimento no negócio de televisão por subscrição.

01 Análise dos resultados consolidados

EBITDA

O EBITDA decresceu 4,1% nos 9M10 para 1.129 milhões de euros, equivalente a uma margem de 40,4%. O desempenho do EBITDA no período foi impactado pelos negócios domésticos, em resultado: (1) da diminuição das receitas da TMN e não obstante a redução de 11,2% face aos 9M09 dos custos operacionais excluindo amortizações, e (2) da diminuição na rede fixa, em resultado do contínuo investimento na implementação das ofertas triple play. Este desempenho mais do que compensou o crescimento dos negócios internacionais integralmente consolidados.

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾⁽²⁾	Milhões de euros					
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Rede fixa	184,1	195,7	(5,9%)	560,4	604,4	(7,3%)
Móvel Portugal • TMN	163,2	175,9	(7,2%)	488,4	507,4	(3,7%)
Outros e eliminações	34,6	25,2	37,3%	80,4	65,2	23,3%
EBITDA total ⁽²⁾	381,9	396,8	(3,8%)	1.129,2	1.177,0	(4,1%)
Margem EBITDA (%)	40,1	41,8	(1,7pp)	40,4	42,5	(2,0pp)

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada. (2) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O EBITDA da rede fixa totalizou 560 milhões de euros nos 9M10, equivalente a uma margem de 38,6%. A margem EBITDA continuou a ser impactada, principalmente, pelo investimento no negócio de TV por subscrição na medida em que os custos de programação, de aquisição de clientes e de suporte foram significativamente impactados pela implementação das ofertas triple play. No 3T10, o EBITDA da rede fixa ascendeu a 184 milhões de euros, equivalente a uma margem de 38,2%, inferior em 2,5pp face ao 3T09, revelando uma importante melhoria sequencial quando comparada com os últimos trimestres, não obstante o contínuo investimento na implementação das ofertas triple-play como já referido atrás, o que resulta de melhorias na eficiência e no controlo de custos. A melhoria na evolução do EBITDA deve-se à racionalização da estrutura de custos resultante da convergência fixo-móvel e da reestruturação dos negócios domésticos para segmentação por tipo de cliente. Nos 9M10, as despesas com pessoal no segmento de rede fixa diminuíram 1,0% face aos 9M09, em resultado do forte enfoque na redução de custos.

Não obstante a redução nos custos operacionais excluindo amortizações de 11,2%, face aos 9M09, o que destaca uma clara melhoria de eficiência, o EBITDA da TMN diminuiu 3,7% nos 9M10 para 488 milhões de euros, em resultado de menores receitas de cliente e de interligação, conforme já referido atrás. Contudo, a margem EBITDA cresceu 2,0pp nos 9M10 face aos 9M09.

O EBITDA dos outros negócios aumentou 23,3% para 80 milhões de euros nos 9M10 face aos 9M09, em resultado: (1) do crescimento de 27,0% e de 20,3%, face aos 9M09, na Timor Telecom e na MTC, respectivamente; (2) da melhoria de tendências na Dedic, e (3) da consolidação da GPTI a partir de 1 de Março de 2010. Estes efeitos mais do que compensaram a contracção do EBITDA na CVT em Cabo Verde, em resultado de condições económicas mais fracas e de um ambiente regulatório adverso.

Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma totalizaram 53 milhões de euros nos 9M10 face a 67 milhões de euros nos 9M09. A diminuição de 20,5% face ao mesmo período do ano anterior é explicada, principalmente: (1) pela redução de 105 milhões de euros nas responsabilidades com benefícios de reforma em 2009, na sequência da suspensão

01 Análise dos resultados consolidados

do programa de redução de efectivos; (2) pelo aumento do justo valor dos activos dos fundos em 2009, de 2.132 milhões de euros para 2.370 milhões de euros, em resultado do desempenho dos activos dos fundos e das contribuições para os fundos de pensões, e (3) pela redução da taxa de desconto de 5,75% para 5,50%.

As amortizações aumentaram 11,7% para 549 milhões de euros, reflectindo sobretudo uma maior contribuição da rede fixa, em resultado dos investimentos na implementação do serviço de TV por subscrição, e a amortização acelerada de alguns equipamentos da rede GSM na TMN.

Os custos com o programa de redução de efectivos ascenderam a 11 milhões de euros nos 9M10 face a 4 milhões de euros nos 9M09. O nível reduzido de custos com o programa de redução de efectivos, tanto nos 9M10 como nos 9M09, é explicado pela decisão de suspender o programa.

Os outros custos líquidos totalizaram 111 milhões de euros nos 9M10, principalmente em resultado: (1) do reconhecimento no 3T10 de provisões e ajustamentos para fazer face ao valor recuperável de alguns activos e a perda estimada com algumas acções judiciais, e (2) de despesas incorridas no 3T10 relacionadas com processo de aquisição de uma participação na Oi.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 176 milhões de euros nos 9M10 face a 164 milhões de euros nos 9M09, principalmente em resultado do aumento do custo da dívida das operações domésticas. O custo da dívida consolidado foi de 4,6% nos 9M10.

Os ganhos em empresas associadas nos 9M10 totalizaram 65 milhões de euros face a 158 milhões de euros nos 9M09, sendo a diminuição explicada, principalmente: (1) por perdas não recorrentes em investimentos em empresas associadas, no montante total de 72 milhões de euros, de forma ajustar o seu valor contabilístico para os respectivos valores recuperáveis; (2) pela quota da PT nos resultados da Médi Télécom nos 9M09, a qual foi alienada no 4T09, e (3) pelo impacto da desvalorização do kwanza face ao euro. Ajustando por estes efeitos, os ganhos em empresas associadas teriam totalizado 153 milhões de euros nos 9M10 e 150 milhões de euros nos 9M09.

As outras perdas financeiras líquidas, que incluem as perdas cambiais líquidas, os ganhos líquidos em activos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, totalizaram 35 milhões de euros nos 9M10, o que compara com 17 milhões de euros nos 9M09. As perdas cambiais líquidas ascenderam a 11 milhões de euros nos 9M10 (2 milhões de euros nos 9M09), principalmente em resultado do impacto da desvalorização do dólar face ao euro, durante o 3T10, em activos líquidos denominados em dólares. Os ganhos líquidos em activos financeiros totalizaram 1 milhão de euros nos 9M10, o que compara com 7 milhões de euros nos 9M09, resultante principalmente do impacto da valorização do dólar face ao euro em instrumentos derivados cambiais euro / dólar, que foram liquidados em Abril de 2009. As outras despesas financeiras, que incluem serviços bancários e outros custos de financiamento, totalizaram 26 milhões de euros nos 9M10, comparativamente a 22 milhões de euros no mesmo período do ano anterior.

A provisão para impostos sobre o rendimento diminuiu para 64 milhões de euros nos 9M10, face a 164 milhões de euros nos 9M09, correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 24,7% e 29,0% respectivamente. Nos 9M10, esta rubrica inclui: (1) um ganho de 52 milhões de euros relativo a uma reestruturação societária das empresas da Africatel, que resultou num menor lucro tributável, e (2) um ganho de 4 milhões de euros correspondente ao impacto nos impostos diferidos, em 1 de Janeiro de 2010, da alteração na taxa estatutária em vigor em Portugal de 26,5% para 29,0% para empresas com lucros tributáveis superiores a 2 milhões de euros. Ajustando por estes efeitos, a provisão para impostos sobre o rendimento teria ascendido a 120 milhões de euros nos 9M10,

01 Análise dos resultados consolidados

correspondendo a uma taxa efectiva de imposto de 46,1% (29,0% nos 9M09). Este aumento na taxa efectiva de imposto é, essencialmente, explicado: (1) pelo aumento na taxa de imposto em vigor em Portugal, como referido acima, e (2) por maiores perdas não-recorrentes e despesas com juros não dedutíveis fiscalmente.

Os resultados das operações descontinuadas incluem, principalmente, o ganho, líquido de despesas relacionadas, obtido com a alienação do investimento na Vivo, concluída em 27 de Setembro de 2010, e os resultados da Vivo antes de interesses minoritários até à mesma data. Nos 9M10, o resultado das operações descontinuadas totalizou 5.551 milhões de euros, incluindo, principalmente, a mais-valia obtida com a alienação da Brasilcel e os ajustamentos de conversão cambial acumulados que foram reconhecidos no resultado líquido na data da alienação, apesar de não contribuírem para o resultado líquido distribuível.

O lucro atribuível a interesses minoritários aumentou em 55 milhões de euros para 129 milhões de euros nos 9M10, reflectindo um aumento nos interesses minoritários da Vivo (32 milhões de euros) e dos negócios africanos (24 milhões de euros). O aumento dos interesses minoritários da Vivo resultou da melhoria dos seus resultados durante o período e da valorização do real. O aumento dos interesses minoritários da Africatel é explicado, principalmente, pela participação dos interesses minoritários nos ganhos fiscais e contabilísticos resultantes da reestruturação societária das empresas africanas, registados nos 9M10 e 9M09, respectivamente.

O resultado líquido aumentou para 5.618 milhões de euros nos 9M10, face a 373 milhões de euros nos 9M09, reflectindo, principalmente, o aumento dos resultados das operações descontinuadas, na sequência do ganho obtido com a alienação da Vivo no 3T10. Este efeito foi parcialmente compensado por: (1) menores resultados das operações continuadas, reflectindo maiores custos não-recorrentes e menores ganhos em empresas associadas, e (2) maiores interesses minoritários. O resultado líquido distribuível nos 9M10 ascendeu a 4.585 milhões de euros. No 3T10 e nos 9M10, o resultado líquido inclui também itens extraordinários relacionados com ajustamentos ao valor contabilístico de certos activos, provisões para contingências e outros custos não recorrentes.

Remuneração accionista

A PT anunciou hoje que o seu Conselho de Administração aprovou a intenção de submeter para aprovação na próxima Assembleia Geral de Accionistas uma proposta de política de remuneração accionista consistente com o perfil financeiro da empresa no seguimento da alienação da sua participação na Vivo e em antecipação ao investimento proposto na Oi, a possível transferência para o Estado Português das responsabilidades com pensões e fundos de pensões, e o compromisso de manutenção de um sólido rating de “investment grade”.

A proposta de remuneração tem os seguintes termos: (1) um dividendo excepcional de 1,65 euros por acção, do qual 1,00 euro por acção será pago em Dezembro de 2010 (como adiantamento dos lucros de 2010), relativamente ao qual é formalmente necessário que seja aprovado previamente numa reunião específica do Conselho de Administração, e 0,65 euros por acção a ser pago em Maio de 2011, sendo que este último está sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas, e (2) um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção para os exercícios fiscais que terminam em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, representando um aumento de 13% em relação ao compromisso inicial da empresa de 0,575 euros por acção para o mesmo período, e o qual está sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas.

O Conselho de Administração irá também propor que a PT adopte uma política de dividendos progressiva, com o objectivo de aumentar entre 3% e 5% o dividendo por acção para o período entre 2012 e 2014.

01 Análise dos resultados consolidados

Adicionalmente, a partir do ano fiscal de 2011, o Conselho de Administração também tem a intenção de aprovar o pagamento de um dividendo ordinário intercalar com base no desempenho financeiro da empresa, de modo a permitir um retorno mais homogêneo aos seus accionistas ao longo do ano.

O dividendo excepcional e a proposta de política de remuneração estão sujeitos às condições de mercado, à condição financeira da PT, à lei aplicável no que respeita à distribuição de resultados líquidos, incluindo aprovações adicionais pela Assembleia Geral, quando aplicável, e a outros factores considerados relevantes pelo Conselho de Administração em cada data.

Após a aprovação da política de remuneração na próxima Assembleia Geral Accionista, a PT irá reforçar o seu compromisso de continuar a oferecer um retorno accionista e distribuição de free cash flow de referência no sector, mantendo em simultâneo um balanço sólido e flexibilidade financeira para continuar a investir nos seus mercados principais, em novos produtos e serviços e a manter a sua posição competitiva estratégica de longo prazo.

Capex

O capex diminuiu 5,2% nos 9M10, para 494 milhões de euros, equivalente a 17,7% das receitas, e foi direccionado para investimentos: (1) em tecnologias de futuro, nomeadamente FTTH, e em 3G e 3,5G; (2) em novos serviços, nomeadamente IPTV, e (3) na ligação de clientes, em resultado do forte crescimento do serviço de TV por subscrição (52,3% nos 9M10 face aos 9M09).

Capex por segmento de negócio ⁽¹⁾	Milhões de euros					
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Rede fixa	107,0	130,7	(18,1%)	319,0	358,0	(10,9%)
Móvel Portugal • TMN ⁽²⁾	31,5	48,1	(34,5%)	84,1	106,1	(20,8%)
Outros	42,9	26,8	59,9%	90,4	56,5	60,0%
Capex total	181,4	205,7	(11,8%)	493,6	520,6	(5,2%)
Capex em % das receitas operacionais (%)	19,1	21,7	(2,6pp)	17,7	18,8	(1,1pp)

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada. (2) Exclui os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros no 1T09).

O capex da rede fixa decresceu 10,9% face aos 9M09, de 358 milhões de euros nos 9M09 para 319 milhões de euros nos 9M10, em resultado da diminuição dos investimentos em infra-estrutura histórica de rede no período, não obstante: (1) os contínuos esforços com a implementação de infra-estruturas de futuro, nomeadamente, FTTH, e (2) o aumento do capex de cliente relacionado com o crescimento dos serviços de TV por subscrição. Os outros investimentos, nomeadamente no backbone de infra-estrutura de SI / TI, também diminuiram, em resultado do enfoque da PT na eficiência e na geração de cash-flow, dos investimentos significativos efectuados em 2008 e 2009 e das sinergias resultantes da integração fixo-móvel. Adicionalmente, a PT irá continuar a investir na implementação da sua rede FTTH, com o objectivo de cobrir 600 mil casas adicionais. O capex da rede fixa representou 22,0% das receitas, menos 2,8pp face aos 9M09.

O capex da TMN decresceu 20,8% face aos 9M09, totalizando 84 milhões nos 9M10 e equivalente a 8,0% das receitas. O decréscimo no capex da TMN é explicado, principalmente, pelo enfoque na geração de cash-flow, suportado nas sinergias resultantes da integração fixo-móvel. O capex continuou a ser direccionado, principalmente, para a expansão da capacidade e cobertura da rede, nomeadamente nas áreas urbanas e principais rodovias. O capex em infra-estrutura manteve-se relativamente estável, em resultado do contínuo enfoque na oferta de

01 Análise dos resultados consolidados

serviços de voz e de dados de elevada qualidade e na incorporação do aumento dos níveis de utilização de voz e dados. Nos 9M10, aproximadamente 70% do capex de rede foi dirigido para as redes 3G e 3,5G. Num cenário de elevada qualidade de rede e de oferta de serviços, a qualidade da rede da TMN continua a destacar-se no mercado português pelos seus níveis de cobertura e fiabilidade tanto na voz como na banda larga. A PT reafirma o objectivo de continuar a reforçar as suas capacidades em dados móveis, aproveitando a implementação existente de rede FTTH para impulsionar a qualidade da sua rede móvel, que no final de 2011 espera-se que detenha 80% das estações móveis com fibra suportadas em tecnologia Ethernet backhauling.

Nos 9M10, o capex dos outros negócios aumentou para 90 milhões de euros, face a 57 milhões nos 9M09, em resultado dos investimentos efectuados nos 9M10 em África, nomeadamente na MTC e na CVT, e na expansão dos negócios da Dedic, incluindo a construção de novas instalações.

Cash flow

Nos 9M10, o cash flow operacional totalizou 410 milhões de euros, face a 502 milhões nos 9M09, devido, principalmente, a um aumento no investimento em fundo de maneiio (86 milhões de euros), em resultado essencialmente de um aumento no investimento em fundo de maneiio relacionado com capex da rede fixa (69 milhões de euros), dado que o maior nível de capex verificado no 4T09 face ao 4T08 implicou pagamentos mais elevados a fornecedores de imobilizado nos 9M10. No 3T10, o cash-flow operacional cresceu 5,4% face ao 3T09, para 227 milhões de euros, em resultado, maioritariamente, da melhoria do EBITDA menos capex (9 milhões de euros).

Free cash flow ⁽¹⁾	Milhões de euros					
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
EBITDA menos Capex	200,4	191,1	4,9%	635,6	656,3	(3,2%)
Itens não monetários	11,6	7,8	48,2%	31,1	16,0	94,2%
Varição do fundo de maneiio	15,5	17,0	(9,1%)	(256,4)	(170,1)	50,7%
Cash flow operacional	227,5	215,9	5,4%	410,4	502,2	(18,3%)
Juros	(15,7)	(14,0)	12,2%	(181,1)	(186,8)	(3,0%)
Valor líquido de pag. e contribuições relativos a PRBs	(5,9)	(6,9)	(14,1%)	31,5	(15,2)	n.s.
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(45,4)	(49,3)	(7,9%)	(116,2)	(127,5)	(8,9%)
Impostos sobre o rendimento	2,7	(70,0)	n.s.	(37,6)	(90,6)	(58,5%)
Dividendos recebidos	0,9	10,4	(91,6%)	9,6	18,4	(48,1%)
Alienação da participação na Médi Télécom	0,0	20,0	n.s.	0,0	20,0	n.s.
Venda da participação na Brasilcel	4.500,0	0,0	n.s.	4.500,0	0,0	n.s.
Reduções de capital na Brasilcel	0,0	0,0	n.s.	89,9	0,0	n.s.
Outros movimentos	(34,2)	(13,6)	150,5%	(54,7)	1,0	n.s.
Free cash flow	4.630,0	92,6	n.s.	4.651,8	121,7	n.s.

(1) Os valores relativos a 2009 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada.

Nos 9M10, o free cash flow ascendeu a 4.652 milhões de euros face a 122 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, enquanto no 3T10 o free cash flow ascendeu a 4.630 milhões de euros. Ajustando pela primeira prestação recebida da Telefonica relativa à alienação da participação de 50% na Brasilcel (4.489 milhões de euros, líquido de despesas), o free cash flow teria ascendido a 141 milhões de euros no 3T10, o que compara com 93 milhões de euros no 3T09.

01 Análise dos resultados consolidados

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada ascendeu a 782 milhões de euros em 30 de Setembro de 2010, face a 5.528 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, uma redução de 4.746 milhões de euros resultante do free cash flow gerado no período (4.652 milhões de euros) e da saída da Vivo do perímetro de consolidação (699 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pelos dividendos pagos pela PT (504 milhões de euros) e pelas suas subsidiárias (63 milhões de euros), e (2) pela consolidação da GPTI, a partir de 1 de Março de 2010, que a essa data tinha uma dívida líquida de 31 milhões de euros.

Variação da dívida líquida	Milhões de euros			
	3T10	3Q09	9M10	9M09
Dívida líquida (balanço inicial como reportado)	6.092,8	6.156,2	5.528,0	5.571,3
Dívida da Vivo (a subtrair)	719,5	695,3	699,0	664,9
Dívida líquida (balanço inicial ajustado)	5.373,3	5.460,8	4.829,0	4.906,4
Free cash flow (a subtrair)	4.630,0	92,6	4.651,8	121,7
Dividendos pagos pela PT	0,0	0,0	503,6	503,6
Alterações no perímetro de consolidação	0,9	0,0	31,7	0,0
Compromissos relacionados com activos fixos	0,0	0,0	0,0	11,5
Outros ⁽¹⁾	37,3	14,9	69,1	83,4
Dívida líquida (balanço final)	781,6	5.383,2	781,6	5.383,2
Crédito da Telefónica, valor actualizado	2.953,2	0,0	2.953,2	0,0
Dívida líquida pro-forma	(2.171,6)	5.383,2	(2.171,6)	5.383,2
Variação da dívida líquida	(4.591,7)	(77,6)	(4.047,4)	476,8
Variação da dívida líquida (%)	(75,4%)	(1,3%)	(73,2%)	8,6%

(1) Nos 9M10, esta rubrica inclui 63 milhões de euros relativos a dividendos pagos pelas subsidiárias integralmente consolidadas pela PT a accionistas minoritários (37 milhões de euros nos 9M09). Nos 9M09, esta rubrica inclui ainda a liquidação de um instrumento derivado cambial euro-dólar, em 7 de Abril de 2009, que resultou num pagamento de 38 milhões de euros.

Em 30 de Setembro de 2010, a dívida bruta total consolidada ascendeu a 7.029 milhões de euros, dos quais 88,1% eram de médio e longo prazo e 81,0% vencia a taxas fixas. Em 30 de Setembro de 2010, no seguimento da alienação da Brasilcel, 99,7% da dívida total estava denominada em euros.

O valor de disponibilidades de caixa e equivalentes das operações domésticas, acrescido do montante total disponível em linhas de crédito e papel comercial não utilizados, ascendia a 7.120 milhões de euros no final de Setembro de 2010, dos quais 952 milhões de euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados.

Nos 9M10, o custo médio da dívida da PT foi de 4,6% e em 30 de Setembro de 2010 a dívida consolidada líquida da PT tinha uma maturidade de 12,6 anos. No final dos 9M10, o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida foi de 0,5x, que compara com 3,4x nos 9M09, enquanto o rácio de cobertura dos encargos financeiros pelo EBITDA se situou em 6,4x nos 9M10 e que compara com 7,2x nos 9M09.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 30 de Setembro de 2010, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO) relativas a pensões e cuidados de saúde ascendiam a 3.051 milhões de euros e o valor de mercado dos activos sob gestão ascendia a 2.242 milhões de euros. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 712 milhões de euros, responsabilidades essas que não estão sujeitas

01 Análise dos resultados consolidados

a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos directamente pela PT aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as obrigações não financiadas brutas totais ascendiam a 1.521 milhões de euros. As responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 1.118 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

Responsabilidades com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	30 de Setembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Responsabilidades com pensões	2.713,4	2.710,2
Responsabilidades com cuidados de saúde	337,4	335,3
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	3.050,8	3.045,5
Valor de mercado dos fundos ⁽¹⁾	(2.242,0)	(2.369,5)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	808,8	675,9
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	712,3	791,4
Responsabilidades não financiadas brutas	1.521,1	1.467,4
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	1.118,0	1.078,5
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	21,9	23,4
Provisão para benefícios de reforma	1.543,0	1.490,8

(1) A redução no valor de mercado dos fundos resultou principalmente dos pagamentos de pensões e complementos no montante de 114,7 milhões de euros e do reembolso do excesso de financiamento do plano de cuidados de saúde no valor de 75,0 milhões de euros. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo desempenho positivo dos activos sob gestão no montante de 30,1 milhões de euros (equivalente a 1,4% nos 9M10) e pelas contribuições da PT para os fundos de pensões no montante de 35,1 milhões de euros.

O total das responsabilidades não financiadas brutas aumentou 54 milhões de euros para 1.521 milhões de euros em 30 de Setembro de 2010, em resultado: (1) do reembolso de 75 milhões de euros relacionado com o financiamento excessivo do plano de saúde, e (2) das perdas actuariais líquidas de 72,6 milhões de euros relativas à diferença entre a rentabilidade real dos activos (equivalente a 1,4% em 9M10) e a rentabilidade estimada dos activos (6% em termos anuais). Estes efeitos mais do que compensaram (1) as contribuições da PT para os fundos de pensões (35,1 milhões de euros) e (2) a redução das responsabilidades relacionadas com salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados (79 milhões de euros), principalmente devido a pagamentos a empregados suspensos e pré-reformados efectuados durante o período e em resultado da suspensão do programa de redução de efectivos.

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas	Milhões de euros	
	9M10	9M09
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	1.467,4	1.809,9
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	54,9	68,6
Custos do programa de redução de efectivos	10,9	4,1
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽¹⁾	31,5	(15,2)
Pagamentos a colaboradores pré-reformados, suspensos e outros	(116,2)	(127,5)
Perdas (ganhos) actuariais líquidos ⁽²⁾	72,6	(152,1)
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	1.521,1	1.587,8
Responsabilidades não financiadas líquidas de impostos	1.118,0	1.167,0

(1) Nos 9M10, esta rubrica inclui: (i) pagamentos por acordo de rescisão contratual no montante de 4,2 milhões de euros, (ii) o reembolso do excesso de financiamento líquido de despesas de saúde pagas pela PT no valor de 70,7 milhões de euros, e (iii) contribuições para os fundos de pensões no montante de 35,1 milhões de euros. (2) Nos 9M10, esta rubrica corresponde à diferença entre a rentabilidade real dos activos (30,1 milhões de euros, equivalente a 1,4% nos 9M10) e a rentabilidade estimada dos activos (6% em termos anuais).

01 Análise dos resultados consolidados

Custos com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	9M10	9M09
Serviço do ano	6,1	5,1
Custo financeiro ⁽¹⁾	151,5	162,2
Rentabilidade esperada dos fundos ⁽²⁾	(102,7)	(98,7)
Sub-total	54,9	68,6
Amortização de ganhos com serviços passados	(1,5)	(1,4)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	53,5	67,2

(1) A diminuição do custo financeiro é explicada pela redução do PBO ocorrida em 2009. (2) O aumento da rentabilidade esperada dos activos é explicado pelo desempenho positivo dos activos dos fundos ocorrido em 2009.

Em Setembro de 2010, a PT anunciou que se encontra em conversações para uma eventual transferência para o Estado Português dos Planos de Pensões Regulamentares que abrangem parte dos trabalhadores activos e reformados da PT, assim como dos Fundos de Pensões constituídos para fazer face a estas responsabilidades. Quaisquer responsabilidades não financiadas, apuradas à data de transferência, serão financiadas integralmente pela PT no momento da transferência. A PT informou ainda não ter chegado a acordo, pelo que uma eventual transferência está condicionada ao acordo pelas partes quanto aos respectivos termos e condições e à aprovação pelos órgãos competentes de ambas as partes.

Capital próprio

Em 30 de Setembro de 2010, o capital próprio excluindo interesses minoritários ascendeu a 5.490 milhões de euros. O aumento de 4.171 milhões de euros nos 9M10 é explicado: (1) pelo resultado líquido gerado no período de 5.618 milhões de euros, e (2) por ajustamentos de conversão cambial positivos no montante de 266 milhões de euros, em resultado da apreciação do real face ao euro no período. Estes efeitos mais do que compensaram: (1) os ajustamentos de conversão cambial acumulados relacionados com o investimento na Brasilcel que foram transferidos para resultado no seguimento da alienação deste investimento e que totalizavam 1.134 milhões de euros à data da alienação; (2) os dividendos pagos pela PT aos seus accionistas no montante de 504 milhões de euros, e (3) as perdas actuariais líquidas relativas a benefícios de reforma no montante de 53 milhões de euros (líquidos de impostos).

Variação no capital próprio (excluindo interesses minoritários)	Milhões de euros
	9M10
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial)	1.318,3
Resultado líquido	5.617,7
Ajustamentos de conversão cambial líquidos ⁽¹⁾	(868,6)
Dividendos	(503,6)
Ganhos (perdas) actuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(53,4)
Outros	(20,7)
Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final)	5.489,7
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários	4.171,4
Variação no capital próprio antes de interesses minoritários (%)	316,4%

(1) Nos 9M10, esta rubrica inclui um ganho de 266 milhões de euros relativo a ajustamentos de conversão cambial, gerados no período e uma perda de 1.134 milhões de euros correspondente à transferência para resultado dos ajustamentos de conversão cambial acumulados relativos à Vivo na data de alienação.

01 Análise dos resultados consolidados

Demonstração da posição financeira

As principais alterações na demonstração da posição financeira desde 31 Dezembro de 2009 são explicadas, principalmente, pela alienação da Brasilcel, dado que a 31 de Dezembro de 2009 o balanço incluía os activos e os passivos da Vivo. Em 31 de Dezembro de 2009, a Vivo tinha activos totais de 6.150 milhões de euros, incluindo principalmente activos corpóreos e incorpóreos (Euro 4.279 milhões de euros), contas a receber (546 milhões de euros), impostos diferidos (418 milhões de euros) e impostos a receber (373 milhões de euros), e tinha passivos totais de 2.344 milhões de euros, incluindo principalmente dívida bruta (995 milhões de euros) e contas a pagar (497 milhões de euros). O aumento nas contas a receber é explicado, principalmente, pelo valor presente do crédito da Telefónica relativo à venda da Brasilcel (2.953 milhões de euros).

Demonstração da posição financeira consolidada	Milhões de euros	
	30 de Setembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Disponibilidades e títulos negociáveis	6.247,3	1.518,0
Contas a receber	4.271,6	1.538,4
Existências	124,7	239,9
Investimentos financeiros	567,0	614,1
Activos intangíveis	1.079,9	4.074,3
Activos tangíveis	3.542,5	4.843,9
Activos com planos de benefícios de reforma ⁽¹⁾	1,3	67,6
Outros activos	347,4	783,7
Impostos diferidos e custos diferidos	644,2	1.160,7
Total do activo	16.825,9	14.840,5
Contas a pagar	719,6	1.338,6
Dívida bruta	7.028,8	7.046,0
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	1.544,3	1.558,3
Outros passivos	1.224,4	1.602,9
Impostos diferidos e proveitos diferidos	614,5	907,2
Total do passivo	11.131,6	12.453,0
Capital, excluindo interesses minoritários	5.489,7	1.318,3
Interesses minoritários	204,6	1.069,1
Total do capital próprio	5.694,3	2.387,4
Total do capital próprio e do passivo	16.825,9	14.840,5

(1) A redução nos activos com planos de benefícios de reforma está relacionada com o reembolso de 75 milhões de euros decorrente do excesso de financiamento apurado a 31 de Dezembro de 2009.

02

Evolução dos negócios

Operações domésticas

As receitas das operações domésticas, que incluem a rede fixa e a TMN, decresceram 3,0% nos 9M10 face ao mesmo período do ano anterior, em resultado de menores receitas da TMN devido a: (1) menores receitas de cliente (44 milhões de euros), em resultado de condições económicas mais adversas e do aumento de popularidade dos planos tarifários pré-pagos de taxa fixa on-net; (2) menores vendas de equipamentos (27 milhões de euros), e (3) menores receitas de interligação (13 milhões de euros), principalmente devido a menores MTRs. As receitas do segmento de rede fixa cresceram 0,4% no período, não obstante o impacto negativo da alteração no reconhecimento de penalidades contratuais (8 milhões de euros). Ajustando pelo impacto da alteração no reconhecimento de receita acima referida, as receitas de rede fixa teriam aumentado 1,0% face ao mesmo período do ano anterior, impulsionadas pelas receitas de retalho e pelas vendas de equipamentos.

Demonstração de resultados • operações domésticas ⁽¹⁾				Milhões de euros		
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Receitas operacionais	804,9	841,3	(4,3%)	2.400,1	2.474,2	(3,0%)
Rede fixa	481,6	481,1	0,1%	1.452,6	1.446,4	0,4%
Móvel Portugal • TMN	355,9	397,9	(10,5%)	1.045,4	1.135,0	(7,9%)
Outros e eliminações	(32,7)	(37,6)	(13,1%)	(98,0)	(107,2)	(8,6%)
EBITDA ⁽²⁾	345,8	370,0	(6,5%)	1.044,6	1.107,0	(5,6%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	17,8	22,4	(20,5%)	53,5	67,2	(20,5%)
Amortizações	184,6	157,4	17,3%	506,5	462,0	9,6%
Resultado operacional ⁽³⁾	143,5	190,2	(24,6%)	484,7	577,7	(16,1%)
Margem EBITDA	43,0%	44,0%	(1,0pp)	43,5%	44,7%	(1,2pp)
Capex ⁽⁴⁾	141,7	181,6	(21,9%)	411,5	471,2	(12,7%)
Capex em % das receitas operacionais	17,6%	21,6%	(4,0pp)	17,1%	19,0%	(1,9pp)
EBITDA menos Capex	204,1	188,5	8,3%	633,1	635,8	(0,4%)

(1) As operações domésticas incluem os segmentos de rede fixa e móvel doméstico, a PT Inovação, PT SI, PT Pro, PT Contact e PT Sales. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui os compromissos adicionais nos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros no 1T09).

O EBITDA diminuiu 5,6% nos 9M10 face aos 9M09, para 1.045 milhões de euros. Este desempenho foi explicado principalmente: (1) pela diminuição das receitas da TMN; (2) pela contínua e forte implementação das ofertas triple-play, que resultou em maiores custos de programação, de apoio a clientes e de suporte; (3) menores MTRs, e (4) pela suspensão do programa de redução de efectivos, em favor do insourcing de algumas actividades.

Nos 9M10, o capex das operações domésticas decresceu 12,7% face aos 9T09, para 412 milhões de euros. O capex doméstico foi, principalmente, dirigido: (1) para o contínuo empenho na implementação do serviço de TV por subscrição e FTTH, tecnologias de futuro e serviços que assegurem assim o crescimento futuro da rede fixa, e (2) para os investimentos em redes 3G e 3,5G no negócio móvel. Num cenário de elevada qualidade da rede e dos serviços oferecidos aos clientes, a qualidade de rede da TMN continua a destacar-se no contexto do mercado português pela sua cobertura e fiabilidade.

02 Evolução dos negócios

Rede fixa

Nos 9M10, as adições líquidas de retalho foram de 239 mil, um aumento de 10,6% face ao mesmo período do ano anterior, em resultado do crescimento significativo do serviço de TV por subscrição, que alcançou 188 mil adições líquidas, elevando o total de clientes de TV por subscrição para 769 mil (mais 52,3% face aos 9M09). As adições líquidas de banda larga fixa no trimestre foram de 102 mil, o que representa um crescimento da base de clientes de 18,7% face aos 9M09, em resultado do sólido crescimento dos clientes triple-play. As linhas geradoras de tráfego diminuíram apenas em 20 mil nos 9M10, reflectindo também o impacto positivo das ofertas triple-play e consolidando assim a inversão da tendência de perda de acessos tradicionais da rede fixa. Nos 9M10 os desligamentos líquidos de linhas de voz foram 52 mil, incluindo 32 mil desligamentos líquidos de linhas em pré-selecção, que agora representam apenas 102 mil linhas (3,8% do total das linhas PSTN/RDIS). A penetração da base de clientes de TV por subscrição situa-se em 29,7% das linhas geradoras de tráfego (+10,4pp face aos 9M09) e em 79,8% da base de clientes de banda larga fixa (+17,6pp face aos 9M09), um sólido desempenho considerando que o serviço de TV por subscrição foi lançado, em termos nacionais, apenas em Abril de 2008.

Dados operacionais • rede fixa						
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Acessos ('000)	4.800	4.494	6,8%	4.800	4.494	6,8%
Acessos de retalho	4.428	4.080	8,5%	4.428	4.080	8,5%
PSTN/RDIS	2.695	2.763	(2,5%)	2.695	2.763	(2,5%)
Linhas geradoras de tráfego	2.593	2.620	(1,0%)	2.593	2.620	(1,0%)
Pré-selecção	102	143	(28,6%)	102	143	(28,6%)
Banda larga fixa de retalho	964	812	18,7%	964	812	18,7%
Clientes de TV	769	505	52,3%	769	505	52,3%
Acessos de wholesale	372	413	(9,9%)	372	413	(9,9%)
Lacetes locais desagregados	257	297	(13,3%)	257	297	(13,3%)
Acessos ORLA	63	62	0,4%	63	62	0,4%
ADSL wholesale	52	54	(3,6%)	52	54	(3,6%)
Adições líquidas ('000)	66	68	(1,6%)	213	196	9,0%
Acessos de retalho	83	79	4,8%	239	216	10,6%
PSTN/RDIS	(15)	(14)	(6,8%)	(52)	(80)	35,1%
Linhas geradoras de tráfego	(6)	(5)	(36,2%)	(20)	(48)	58,9%
Pré-selecção	(9)	(9)	7,9%	(32)	(31)	(1,8%)
Banda larga fixa de retalho	32	32	0,2%	102	103	(0,4%)
Clientes de TV	67	62	7,6%	188	193	(2,4%)
Acessos de wholesale	(17)	(12)	(41,0%)	(26)	(20)	(25,4%)
Lacetes locais desagregados	(16)	(12)	(30,4%)	(23)	(9)	(170,4%)
Acessos ORLA	(1)	(3)	71,4%	(1)	(13)	94,3%
Banda larga fixa wholesale	(0)	3	(110,5%)	(1)	2	(187,9%)
RGU de retalho por acesso ⁽¹⁾	1,64	1,48	11,3%	1,64	1,48	11,3%
ARPU (euros)	29,9	30,1	(0,6%)	30,1	30,0	0,4%
Tráfego total (milhões de minutos)	2.688	2.780	(3,3%)	8.141	8.399	(3,1%)
Tráfego de retalho	1.107	1.131	(2,1%)	3.416	3.513	(2,7%)
Tráfego de wholesale	1.580	1.649	(4,2%)	4.725	4.887	(3,3%)
Trabalhadores	6.662	6.345	5,0%	6.662	6.345	5,0%

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS.

02 Evolução dos negócios

O número de RGUs de retalho por acesso, medido pelo número de acessos de retalho por acesso PSTN/RDIS, continuou a aumentar com a implementação da oferta de TV por subscrição, tendo atingido 1,64 nos 9M10, o que compara com 1,48 nos 9M09 (+11,3%).

Os acessos dos concorrentes, que incluem acessos wholesale e em pré-selecção, diminuíram 57 mil nos 9M10, reflectindo a diminuição dos acessos em lacetes locais desagregados (-23 mil) e das linhas em pré-selecção (-32 mil).

Durante os 9M10, o Meo implementou uma nova versão de software em todas as suas set-top boxes IPTV, oferecendo assim uma experiência de utilização melhorada e com mais funcionalidades para os seus clientes Meo. Na sequência de uma detalhada e cuidada análise dos padrões de utilização, o Meo actualizou o seu design e interface de utilizador para promover uma ainda melhor, mais fácil e mais intuitiva experiência de utilização. Em alguns dos serviços mais utilizados, de que é exemplo o PVR, o Meo lançou novas funcionalidades. Adicionando funcionalidades exclusivas à gravação remota e à gravação de séries, o Meo agora disponibiliza também uma experiência de gravação multi-room. Esta actualização foi suportada por uma forte campanha de marketing enfocada na nova experiência Meo, reenfazendo o seu posicionamento como a mais inovadora oferta de TV por subscrição no mercado Português.

O Meo continua a oferecer várias características que diferenciam significativamente a sua proposta de valor, incluindo: (1) video-on-demand real (VoD), com funcionalidades semelhantes às do DVD e um catálogo de mais de 2.500 filmes, incluindo alta definição ("HD"); (2) catch-up TV; (3) guia electrónico de programação, redesenhado durante o 1T10, em todos os interfaces do Meo, de modo a melhorar a experiência do utilizador; (4) gravação de canais de TV, permitindo programação remota através de Internet ou telemóvel, permitindo ainda uma gravação fácil através de um clique, de séries e PVR multiroom para os clientes com mais do que uma set-top box; (5) jogos, karaoke e diversas aplicações interactivas e áreas de serviço; (6) acesso a pastas pessoais de fotos, e (7) conteúdos e funcionalidades personalizados para crianças, especialmente desenhados para um ambiente "Meo Kids".

A 8 de Julho de 2010, a PT anunciou que o Meo superou a marca de 700 mil clientes. Recentemente, e para reforçar uma nova experiência de visualização em televisão e melhorar a interactividade, o Meo lançou também: (1) o Meo Interactivo, uma loja de aplicações, disponibilizada gratuitamente, que agregará os melhores widgets de TV para todas as aplicações já disponíveis no Meo, assim como outras que acabam de ser lançadas, tais como o Facebook, o Oceanlook, o Picasa e o Flickr, e (2) o Meo Séries, um novo serviço de subscrição de VoD que disponibiliza as melhores séries da Warner e HBO.

Nos 9M10, o Meo lançou também uma selecção de novos canais, sendo mais relevante o FOXLife, no dia 1 de Janeiro, e o canal Q, em Março 2010, o primeiro canal interactivo em Portugal, totalmente em Português, o que representa outra inovadora experiência que continua a contribuir para a nova forma de consumo de conteúdos de televisão no mercado Português. O canal Q foi desenvolvido em cooperação com o Portal Sapo, onde o site do canal está alojado. No 3T10, o Canal Q, reforçou a sua programação com novos conteúdos e alargou o tempo de emissão. Estes novos canais, funcionalidades e serviços visam reforçar os conteúdos e a experiência de visualização em televisão do Meo, tornando-a mais qualificada e promovendo maior interactividade, permitindo assim uma diferenciação ainda maior quando comparada às restantes ofertas de TV por subscrição disponíveis no mercado.

Durante o último trimestre, o Meo lançou: (1) o Karaoke Videostar, uma oferta nova e mais sofisticada de karaoke, que inclui várias músicas, agrupada pelos mais recentes sucessos, para crianças, pop, rock, clássica, hip-hop e R&B, incluindo ainda vídeos para todas as músicas, por 3,5 euros por mês; (2) o TVI 24, o canal de informação da TVI,

02 Evolução dos negócios

canal aberto líder em Portugal, disponível através de IPTV e de satélite; (3) o Ídolos Interactivo, uma nova e exclusiva experiência de interatividade sobre um programa aberto - Ídolos na SIC, do original American Idol, que permite aos utilizadores o acesso a muito mais conteúdos sobre cada participante no programa, acesso a conteúdos exclusivos dos bastidores e aos melhores vídeos, através da opção "prima o botão vermelho" visível no ecrã, e (4) o TVI Secret Story Interactivo, um novo e exclusivo canal interativo, desenvolvido em parceria com a TVI, que transmite ao vivo, 24 horas por dia, o programa Secret Story, um reality show semelhante ao Big Brother, com a possibilidade de acesso a conteúdos adicionais - câmeras alternativas, vídeos adicionais e muito mais, também através da opção "prima o botão vermelho" visível no ecrã. Desde o lançamento, em 4 de Outubro de 2010, o Secret Story tem sido o programa mais visto em Portugal, enquanto o canal Secret Story tem sido um dos canais mais vistos.

O Meo assegura o acesso a uma oferta de conteúdos abrangente, com mais de 120 canais de TV e mais de 2.500 títulos VoD. A oferta de VoD, que inclui blockbusters de cinco estúdios de Hollywood, é um elemento chave diferenciador do serviço, dado que mais de 50% dos clientes do Meo IPTV já usaram o serviço a pagar, consumindo em média 2,3 filmes por mês. No 2T10, os filmes mais vistos foram "2012", seguido de "Twilight - New Moon" e "Estado de Guerra", vencedor de seis Óscars referentes ao ano de 2009. No 3T10, os filmes mais vistos foram "Terapia para Casais", seguido de "A Princesa e o Sapo" e o "Sherlock Holmes".

Durante os 9M10, a PT lançou o Meo@PC, em versão de teste. Este serviço disponibiliza o acesso online ao serviço de TV por subscrição do Meo através do PC, reforçando a mobilidade e convergência como proposta de valor do serviço Meo. Os clientes foram convidados a integrar um piloto para experimentar este serviço, antecipando o lançamento comercial previsto para o final deste ano.

Em Maio de 2010, o Meo anunciou a transmissão em directo do maior evento de ténis em Portugal, o Estoril Open, em formato True 3D, a primeira experiência em Portugal de transmissão de eventos em directo em formato True 3D. Adicionalmente, em Junho de 2010, o Meo anunciou a transmissão em directo de oito jogos do Campeonato do Mundo em formato True 3D através da organização de vários eventos para exibição pública. Para os clientes Meo, todos os jogos do Campeonato do Mundo estavam disponíveis em HD e com funcionalidades interactivas, o que permitiu aos espectadores escolher de entre seis ecrãs adicionais que transmitiam: táticas da equipa, o acompanhamento de um jogador, o acompanhamento do treinador e os destaques do jogo. Estas funcionalidades provaram ser muito bem sucedidas ao serem utilizadas por mais de 330 mil clientes Meo e ao terem mais de 1,1 milhões de visitas durante o Campeonato do Mundo. Durante este evento, o Meo lançou ainda uma funcionalidade opcional muito bem sucedida que permitia aos espectadores filtrar o ruído das conhecidas vuvuzelas durante o jogo a que se estava a assistir. Em Outubro de 2010, o Meo anunciou a transmissão ao vivo, em exclusivo e em True 3D da oitava ronda do circuito mundial de surf realizada em Portugal, patrocinada pela TMN, tornando-se no primeiro operador de televisão no mundo a transmitir um evento de surf em True 3D.

As campanhas de marketing do Meo continuam a usufruir da mais elevada notoriedade no mercado português de TV por subscrição. A campanha para promover o novo interface de utilizador do Meo foi lançada com um inovador anúncio em True 3D, assinalando o início dos testes do Meo em conteúdos 3D. Este anúncio também foi transmitido nos três principais canais nacionais, tendo atingido um share de audiência de 85,5%, acima do anúncio do lançamento inicial do Meo em 2008, que atingiu um share de audiência de 83%. No 3T10, o indicador de recordação comprovada por anúncio foi superior a 60% e o de recordação espontânea de anúncios situou-se acima de 40%, bem à frente de qualquer outra marca concorrente no sector.

Nos últimos meses, a PT lançou várias ofertas verticais para as PME's e para o segmento empresarial, com o objectivo de disponibilizar ofertas diferenciadas e convergentes adaptadas a diferentes sectores, de forma a

02 Evolução dos negócios

fortalecer a posição da PT nesses segmentos. A PT alargou o âmbito dos serviços, tais como: (1) o Menu Box, uma solução dirigida ao sector da restauração, que integra televisão, voz e dados, aproveitando as melhores ferramentas de software existentes para o sector e integrando a componente de hardware; (2) o Lex Box, uma solução orientada para o sector legal, integrando voz fixa e móvel e serviços de banda larga, assim como o software LegiX, que permite o acesso a conteúdos legais, e (3) ofertas personalizadas, nomeadamente a Fibra Empresarial, um serviço de televisão para os clientes dos sectores da saúde e hotelaria, que inclui um canal corporativo personalizado, conteúdos e controle remoto para seleção de canais. Em Setembro de 2010, a PT anunciou, em parceria com a Cisco, o desenvolvimento, implementação e lançamento de novos serviços de cloud computing, que incluem serviços virtuais e comunicações unificadas. A implementação de serviços de cloud computing permitirá às empresas a adopção de modelos de negócios mais eficientes, aumentando a adopção de serviços de tecnologia pelas empresas dos segmentos empresarial, PME e SoHo devido à significativa redução de custos com tecnologias da informação.

Apesar do forte crescimento do número de clientes Meo, que subscrevem um serviço mais complexo e com mais apoio a cliente associado, o número de chamadas por cliente diminuiu 23% quando comparado com o início deste ano. Nos 9M10, o número de reclamações no negócio fixo, nomeadamente no serviço Meo, diminuiu 32% ao longo deste ano.

Nos 9M10, as receitas operacionais da rede fixa aumentaram 0,4% face aos 9M09, para 1,453 milhões de euros, impulsionadas pelo forte e contínuo desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição) e pelas vendas de equipamentos, e apesar do efeito negativo da alteração no reconhecimento de penalidades contratuais (8 milhões de euros). Ajustando por esta alteração, as receitas de rede fixa teriam aumentado 1,0% face ao mesmo período do ano anterior, consolidando assim a inversão da tendência de perda de receitas no negócio da rede fixa. As receitas de retalho diminuíram 2 milhões de euros, para 725 milhões de euros no 9M10, enquanto que ajustando pelo impacto da alteração no reconhecimento de penalidades contratuais, as receitas de retalho da rede fixa teriam aumentado 0,7% face ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho das receitas de retalho está a ser suportado pelo crescimento das receitas de TV por subscrição e pela banda larga fixa de retalho, que têm vindo a aumentar em linha com a estratégia estabelecida de aumentar quota no mercado residencial através da oferta de serviços triple-play e double-play atractivos e diferenciadores, e apesar do aumento da pressão no negócio de voz tradicional, devido a condições económicas adversas, que estão a afectar, principalmente, as PME / SOHO e os segmentos empresariais.

O desempenho das receitas de retalho, ajustado pela alteração no reconhecimento de penalidades contratuais anteriormente referida (+0,7% face aos 9M09), foi impulsionado pelo crescimento das RGUs de retalho em 239 mil, nomeadamente pelos clientes de TV por subscrição (188 mil adições líquidas nos 9M10), pelos clientes de elevada qualidade de banda larga fixa (adições líquidas pós-pagas de 115 mil) e pela resiliência das linhas geradoras de tráfego, que diminuíram 20 mil nos 9M10. O desempenho das receitas de retalho continuou a beneficiar da implementação bem sucedida da estratégia de TV por subscrição, não obstante a forte concorrência de outros operadores de cabo e de rede fixa, bem como de operadores móveis, quer em voz como em banda larga, e num ambiente de condições económicas desafiantes.

02 Evolução dos negócios

Demonstração dos resultados - rede fixa ⁽¹⁾				Milhões de euros		
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Receitas operacionais	481,6	481,1	0,1%	1.452,6	1.446,4	0,4%
Retalho	240,7	239,9	0,4%	724,9	727,1	(0,3%)
Serviços a operadores (wholesale)	127,2	124,1	2,6%	368,6	369,8	(0,3%)
Dados e soluções empresariais	67,6	70,3	(3,8%)	220,0	220,8	(0,4%)
Outras receitas de rede fixa	46,1	46,8	(1,5%)	139,2	128,7	8,2%
Custos operacionais, excluindo amortizações	297,6	285,4	4,3%	892,2	842,0	6,0%
Custos com pessoal	57,2	57,5	(0,5%)	171,0	172,8	(1,0%)
Custos directos dos serviços prestados	110,7	99,6	11,1%	331,1	302,2	9,6%
Custos comerciais	29,4	30,6	(3,8%)	89,8	80,7	11,4%
Outros custos operacionais	100,3	97,7	2,7%	300,3	286,4	4,9%
EBITDA ⁽²⁾	184,1	195,7	(5,9%)	560,4	604,4	(7,3%)
Custos com benefícios de reforma	17,8	22,4	(20,5%)	53,4	67,2	(20,5%)
Amortizações	121,5	99,9	21,5%	337,4	295,3	14,3%
Resultado operacional ⁽³⁾	44,8	73,4	(38,9%)	169,5	241,9	(29,9%)
Margem EBITDA	38,2%	40,7%	(2,5pp)	38,6%	41,8%	(3,2pp)
Capex	107,0	130,7	(18,1%)	319,0	358,0	(10,9%)
Capex em % das receitas operacionais	22,2%	27,2%	(5,0pp)	22,0%	24,8%	(2,8pp)
EBITDA menos Capex	77,1	65,0	18,7%	241,3	246,4	(2,0%)

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

As receitas de wholesale diminuíram 0,3% nos 9M10 face aos 9M09, para 369 milhões de euros, em resultado principalmente da diminuição das receitas de tráfego (-1,4%, face aos 9M09), que foram impactadas negativamente por menores MTRs.

As receitas de dados e soluções empresariais diminuíram 0,4% nos 9M10 face aos 9M09, em resultado da diminuição das receitas de VPN e circuitos alugados (-5,2% face aos 9M09), num contexto de condições económicas adversas que têm afectado os segmentos PME/SOHO e empresarial, não obstante o aumento das receitas de gestão de redes, outsourcing e TI (+12,0% face aos 9M09), em resultado da execução de alguns contratos.

As outras receitas aumentaram 8,2% nos 9M10 face aos 9M09, em resultado, principalmente, do aumento nas vendas de equipamentos (9 milhões de euros) e apesar do decréscimo de 15,2% nas listas telefónicas.

Nos 9M10, o EBITDA decresceu 7,3% face aos 9M09, revelando uma significativa melhoria sequencial quando comparado com os trimestres recentes (-5,9% no 3T10, -6,4% no 2T10 e -9,4% no 1T10), não obstante os contínuos esforços na implementação do serviço de TV por subscrição e das ofertas triple-play e a suspensão do programa de redução de efectivos. Este desempenho favorável é o resultado do contínuo enfoque na melhoria da rentabilidade das operações e das vantagens iniciais decorrentes da implementação da rede FTTH, que é mais robusta quando comparada com as redes históricas. No período, as despesas operacionais, excluindo amortizações, apenas aumentaram 6,0% face aos 9M09 (50 milhões de euros), não obstante o aumento dos custos directos para 331 milhões de euros (+9,6% face aos 9M09, 29 milhões de euros). Este aumento dos custos directos reflecte o aumento custos de programação, que resulta do contínuo crescimento do número de clientes de TV por subscrição, do reforço da oferta em termos de conteúdos e da maior aceitação dos serviços premium e do VoD. Nos 9M10, os custos com pessoal diminuíram 1,0% face aos 9M09, para 171 milhões de euros, em resultado do forte enfoque na redução de custos e não obstante: (1) a migração de efectivos do segmento móvel devido à

02 Evolução dos negócios

reorganização das operações domésticas fixa e móvel por segmentos de clientes, e (2) a suspensão do programa de redução de efectivos e enfoque no insourcing de actividades anteriormente terceirizadas. Os custos comerciais, que aumentaram 11,4% face aos 9M09, para 90 milhões de euros, reflectem o aumento dos custos com marketing e publicidade e das comissões, que resultou do esforço contínuo no marketing das ofertas de TV por subscrição e triple-play e de maiores vendas a clientes empresariais. A melhoria assinalável da evolução do EBITDA foi conseguida não obstante o aumento nas provisões (17 milhões de euros), em resultado de um ambiente económico mais difícil. A margem EBITDA, que foi de 38,6% nos 9M10, diminuiu 3,2pp face aos 9M09, o melhor desempenho nos últimos dois anos e confirmando, claramente, melhorias sustentadas da tendência histórica após o lançamento do triple-play e do negócio de TV por subscrição.

O capex decresceu de 358 milhões de euros nos 9M09 para 319 milhões de euros nos 9M10 (-10,9% face aos 9M09), na medida em que os investimentos em infra-estrutura da rede histórica diminuíram no período, apesar dos: (1) contínuos esforços na implementação de tecnologias de futuro, nomeadamente FTTH, e (2) do aumento do capex de cliente, associado ao crescimento dos serviços de TV por subscrição. Os outros investimentos, nomeadamente no backbone da infra-estrutura de rede SI/TI, também diminuíram, em resultado do enfoque da PT na eficiência e em cash-flow, beneficiando dos investimentos significativos efectuados em 2008 e 2009 e das sinergias decorrentes da integração fixo-móvel.

Móvel Portugal

Nos 9M10, o EBITDA menos capex da TMN aumentou 0,8% para 404 milhões de euros, em resultado do forte enfoque na rentabilidade e na geração de cash-flow, ainda que num contexto económico desafiante e de aumento da concorrência em alguns segmentos de mercado, nomeadamente no segmento jovem. Não obstante as condições económicas adversas e o ambiente mais competitivo, a TMN consolidou a tendência de geração de cash-flow, com o EBITDA menos capex, no 3T10, a melhorar quando comparado com os trimestres anteriores: +3,1% no 3T10 face ao 3T09, +2,9% no 2T10 face ao 2T09 e -3,2% no 1T10 face ao 1T09. As receitas ascenderam a 1,045 milhões de euros (-7,9% face ao 3T09), em resultado das difíceis condições económicas já referidas, tendo sido penalizadas pelas receitas de interligação (-10,7% face aos 9M09) e pelas vendas de equipamentos (-26,2% face aos 9M09).

Dados operacionais • móvel Portugal ⁽¹⁾

	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Clientes ('000)	7.314	7.073	3,4%	7.314	7.073	3,4%
Adições líquidas ('000)	46	104	(55,8%)	62	140	(55,6%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.716	2.594	4,7%	7.849	7.254	8,2%
MOU (minutos)	124	123	1,1%	120	116	3,6%
ARPU (euros)	14,7	16,8	(12,0%)	13,2	16,3	(18,8%)
Cliente	12,7	14,4	(11,6%)	11,5	14,0	(18,2%)
Interligação	1,6	1,9	(15,9%)	1,5	1,9	(23,0%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	25,2	22,7	2,5pp	24,5	22,7	1,8pp
SARC (euros)	30,0	32,6	(8,1%)	28,8	35,8	(19,5%)
Trabalhadores	1.043	1.008	3,5%	1.043	1.008	3,5%

(1) Inclui subscritores MVNO.

Nos 9M10, o total de clientes da TMN aumentou 3,4%, face aos 9M09, para 7.314 mil, impulsionado pelos clientes de banda larga móvel, com adições líquidas trimestrais de 62 mil, melhorando claramente a tendência observada nos trimestres (46 mil no 3T10, 5 mil no 2T10 e 11 mil no 1T10). Não obstante as difíceis condições económicas e a

02 Evolução dos negócios

crescente popularidade dos planos tarifários pré-pago de taxa fixa on-net, o aumento de clientes na TMN, no trimestre, foi impulsionado quer pelos clientes pós-pago como pré-pago (33 mil e 29 mil adições líquidas, respectivamente). O crescimento do número de clientes pós-pago foi devido: (1) ao crescimento contínuo da banda larga móvel, e (2) aos novos planos de preços pós-pago, com a marca "TMN ilimitado", que foram lançados no trimestre e que visam o aumento da penetração dos planos tarifários de elevado valor. No final dos 9M10, os clientes pós-pago representavam 31,0% da base total de clientes.

Nos 9M10, a TMN continuou a investir significativamente na diferenciação do seu portfólio de equipamentos, introduzindo novos telefones com ecrã táctil e smartphones, e na melhoria da oferta de serviços, disponibilizando pacotes de dados e serviços aos seus clientes, aplicações sofisticadas e widgets. A TMN lançou o Sony Ericsson W205 Betty Boop, associado ao evento de moda mais conhecido em Portugal, a Moda Lisboa. Em Abril de 2010, a TMN lançou o a1, o primeiro smartphone baseado no sistema operativo Android, que é suportado pelo Google, com a marca TMN. Este smartphone com ecrã táctil oferece: (1) conectividade Premium, acesso de banda larga 3,5G com downloads até 7,2 Mbps e uploads até 5,6Mbps, Wi-Fi e Bluetooth; (2) Push Mail; (3) um GPS com licença vitalícia de acesso ao software NDrive GPS e mapas de Portugal; (4) uma câmara de 3,2 Mpx com vídeo, com autofocus e zoom; (5) um MP3 player, e (6) um slot de 16GB para cartão de memória. Este lançamento seguiu-se ao lançamento, bem sucedido, do Bluebelt I e II e do Bluebelt silverbelt, smartphones com a marca TMN, utilizando a plataforma Windows Mobile e do HTC Magic baseado na plataforma Android. Os smartphones da TMN continuam a ser posicionados de forma a permitir uma experiência única em serviços interactivos de banda larga móvel e em conteúdos. O novo a1 tem um preço de retalho de 199,9 euros nas Bluestores da PT e de 179,9 euros na loja online da TMN, reduzindo a barreira de entrada dos smartphones e contribuindo para uma maior expansão do segmento.

Durante o período, a TMN lançou, em exclusivo, o Samsung Galaxy-S, o mais avançado smartphone com o sistema operativo Android, que inclui: (1) um grande ecrã AMOLED; (2) GPS com acesso ilimitado ao software GPS NDrive e a mapas de Portugal; (3) câmara de 5 Mpx; (4) ranhura para cartão de memória de 8GB, e (5) algumas das aplicações mais populares, tal como a livraria on-line. Adicionalmente, a TMN também lançou o Wave Samsung, o primeiro smartphone com o sistema operacional Bada, desenvolvido pela Samsung, que permite imagens e vídeos de elevada qualidade e acesso a aplicações através da loja de Apps da Samsung. Os smartphones da TMN continuam a ser posicionados de forma a permitir uma experiência única na banda larga móvel, na interactividade de serviços e conteúdos, reforçando assim a posição de liderança da TMN neste segmento, nomeadamente enquanto operador com a oferta mais diversificada e abrangente.

Em Outubro, a comercialização em exclusivo do Samsung Omnia 7, o primeiro smartphone em Portugal que integra o sistema operativo Windows 7, e o iPhone. Esta estratégia resultou na oferta dos smartphones mais completa do mercado português de equipamentos móveis, disponibilizando: (1) os mais conhecidos sistemas operativos: Windows Mobile, Android, RIM, Symbian e i-Phone, e (2) uma vasta gama de smartphones de vários fabricantes. Conforme já referido, a partir de Outubro de 2010, a TMN também começou a comercializar o iPhone, reforçando assim a sua oferta de smartphones. A TMN continuou a investir no desenvolvimento e no marketing de smartphones de marca própria e de baixo custo, visando o mercado de grande consumo, actuando como catalisadores na redução das barreiras à entrada neste mercado e promovendo o aumento da popularidade desses equipamentos.

Nos 9M10, a TMN continuou a investir na diferenciação, promoção e comercialização dos seus serviços. Em Fevereiro, associado ao Dia dos Namorados, a TMN lançou uma campanha de marketing inovadora que permite aos clientes enviar mensagens multimédia com mensagens personalizadas com vídeos e músicas e toques de telemóveis, waiting rings e wallpapers. Durante a Páscoa a TMN lançou uma campanha promocional que visa

02 Evolução dos negócios

augmentar a utilização de roaming, segundo a qual os clientes da TMN podem fazer chamadas em roaming com as tarifas nacionais com uma tarifa adicional de activação de 50 cêntimos. No último trimestre, a TMN lançou novos planos de preços e continuou a reforçar os esforços promocionais no segmento jovem. E lançou, em parceria com os principais clubes de futebol em Portugal, planos de preços customizados, com acesso a novas aplicações e conteúdos associados a esses clubes e equipamentos personalizados. A TMN também continuou a fortalecer as suas ofertas de banda larga móvel, aumentando a velocidade de download e capacidade aos seus clientes. Ainda nos 9M10, a TMN lançou o serviço de Car Control, um serviço de segurança que, em articulação com as autoridades locais, permite aos clientes localizar, bloquear e recuperar o seu carro no caso de ser roubado.

A TMN também tem investido significativamente em novos serviços já alinhados com as tendências futuras do mercado, dos quais devem ser destacados: (1) o meo mobile, que disponibiliza 40 canais de TV no telemóvel, em diversas áreas, tais como informação, desporto, entretenimento, crianças e outras, assim como disponibiliza recursos inovadores, tais como a gravação por controlo remoto móvel e alertas SMS, comercializado a vários preços que variam entre 0,93 euros por dia e 7,76 euros por mês com número de canais ilimitado; (2) a loja de aplicativos da TMN, que disponibiliza aplicativos de desporto, notícias, entretenimento, jogos, livros e utilitários, aproveitando a vasta experiência e presença que o portal Sapo da PT detém no mundo online; (3) o pond, um serviço agregador que permite o acesso a múltiplas contas pessoais, a agregação de várias contas de redes sociais num único local, mensagens simultâneas em várias contas e / ou serviços e partilha de fotografias e vídeos, e (4) o music box, um serviço que permite downloads de música em Portugal para telemóveis e PCs, das principais empresas mundiais de distribuição de música, com um preço a partir de 1,99 euros por semana.

Esta oferta de serviços e aplicativos é complementada com o serviço "internetnotelemóvel" que permite o acesso à Internet em telefones móveis em qualquer lugar a qualquer momento e que também permite o acesso ao inovador portal móvel da TMN, que foi recentemente redesenhado e que apresenta agora um layout mais fácil de usar e dinâmico, com conteúdos reorganizados em três áreas principais (notícias, entretenimento e utilitários), e que permite o acesso directo a algumas das aplicações mais populares, tais como o Meo Mobile, o e-mail e a Internet.

Desta forma, a TMN está a alavancar a sua oferta diferenciadora e abrangente de smartphones, serviços de dados e de valor acrescentado e, no período entre Junho e Setembro de 2010, é a clara líder neste segmento de elevado crescimento com uma quota de mercado de 46%, de acordo com estudos de mercado da GfK, que abrangem a venda de smartphones desbloqueados e representam aproximadamente 50% do mercado Português.

Com o objectivo de reforçar o posicionamento competitivo da sua oferta de serviços no segmento jovem, em Abril de 2010, a TMN redesenhou os planos de tarifas pré-pagas de taxa fixa on-net dirigidas ao segmento jovem, "Moche". Esta oferta inclui agora uma opção com uma mensalidade de 9,9 euros e uma outra opção sem taxa mensal, embora sujeita a uma recarga mínima de 12,5 euros todos os 30 dias. Nos 9M10, os planos de tarifas pré-pagas de taxa fixa on-net continuam a aumentar a sua popularidade, tendo alcançado cerca de 25% da base de clientes pré-pago.

Nos 9M10, a TMN continuou a comercializar os novos planos de preços pós-pagos lançados em Julho de 2010, com a marca "TMN unlimited", que visam aumentar a penetração nos segmentos de elevado valor. Estes planos de preços são concebidos para alavancar a popularidade crescente dos smartphones em Portugal e incluem serviços de voz e acesso à Internet de banda larga (500MB de Internet móvel mais o uso de Wi-Fi ilimitado em 1.600 hotspots da PT), garantindo ao mesmo tempo níveis de consumo mínimo mensal de 30 euros (tráfego on-net

02 Evolução dos negócios

ilimitado, SMS e MMS incluídos, sujeito a política de utilização razoável) e de 100 euros (tráfego on-net e off-net ilimitado, SMS e MMS incluídos, sujeito a política de utilização razoável).

Integrando a sua estratégia de inovação, a TMN lançou recentemente a sua oferta de serviços de internet Pad, uma nova oferta de acesso móvel para dados especificamente desenhada para os TabletPCs, com o objectivo de estabelecer uma posição de liderança neste segmento de elevado crescimento do mercado. Esta nova oferta tem uma opção de 1 GB de tráfego incluído a 14,90 euros por mês e uma oferta ilimitada, sujeita a política de utilização razoável, a 29,9 euros por mês. A oferta internet Pad foi recentemente reforçada com a integração do Samsung Galaxy Tab, baseado no sistema operativo Android, e que inclui um ano de assinatura da versão digital do Expresso, o jornal de fim-de-semana líder em Portugal, e a licença de utilização da aplicação de navegação N-Drive com o mapa de Portugal e acesso a informações de tráfego.

No último trimestre, a TMN também continuou a investir no segmento de banda larga móvel. O sucesso da TMN neste segmento de mercado continua a basear-se: (1) na manutenção da sua posição de liderança em termos de cobertura e qualidade do serviço, abrangendo já as principais zonas urbanas com HSDPA e HSUPA; (2) na vasta gama de serviços pós-pagos e pré-pagos, e (3) na qualidade e cobertura da sua rede Wi-Fi, que está disponível em mais de 1.600 hotspots em Portugal, nomeadamente em hotéis, shopping centers, aeroportos, etc.

Como resultado do investimento da TMN em melhorar a experiência de utilização dos seus serviços de voz e dados e em melhorar a qualidade dos seus processos de atendimento a clientes, nos 9M10, o número de chamadas para o centro de atendimento ao cliente diminuiu e o número de reclamações de clientes da TMN decresceu 14% ao longo deste ano. O serviço de banda larga móvel registou um desempenho ainda mais assinalável, com uma diminuição das reclamações de clientes de 31% ao longo deste ano. De referir ainda que, em 2009, o número total de reclamações de clientes da TMN já tinha diminuído 17% face ao mesmo período do ano anterior e o número de queixas de clientes de banda larga móvel também tinha diminuído 36%.

Nos 9M10, o ARPU de cliente da TMN foi de 11,5 euros (-18,2% face aos 9M09), principalmente em resultado de: (1) contínuas condições económicas adversas; (2) aumento de 1pp do IVA para 21% implementado a partir de 1 de Julho; (3) aumento da penetração dos serviços de voz e de dados nos segmentos mais baixos do mercado, e (4) aumento da popularidade dos planos de tarifa tribal - planos definidos para o segmento jovem - que reflectem o aumento da competitividade no mercado, e não obstante o significativo crescimento dos níveis de utilização. O ARPU de interligação diminuiu 23,0% face aos 9M09, com as taxas de terminação a diminuir sequencialmente 0,5 cêntimos de euro para 6,0 cêntimos de euro a partir de 24 de Maio de 2010 e 0,5 cêntimos de euro para 5,5 cêntimos de euro desde 24 Agosto de 2010, de acordo com a descida de taxas definida pela ANACOM, o regulador Português das telecomunicações. Em resultado, o ARPU da TMN ascendeu a 13,2 euros no 9M10 (-18,8% face aos 9M09).

Nos 9M10, o tráfego total aumentou 8,2% para 7.849 milhões de minutos, apresentando um perfil de crescimento sustentado e impulsionado pelo tráfego de saída, que aumentou 11,7% face aos 9M09, enquanto o tráfego de entrada diminuiu 3,2% face ao mesmo período do ano anterior. O crescimento da base de clientes (+3,4% no final do período), associado a uma maior penetração dos planos tarifários pré-pagos de taxa fixa on-net, impulsionou o crescimento do tráfego no período, com o MOU a aumentar 3,6% nos 9M10, não obstante o contínuo crescimento dos cartões de dados.

As receitas da TMN totalizaram 1,045 milhões de euros, uma diminuição de 7,9% face aos 9M09 (90 milhões de euros), principalmente devido: (1) ao decréscimo de 44 milhões de euros nas receitas de cliente; (2) à diminuição

02 Evolução dos negócios

de 26,2% nas vendas de equipamentos (27 milhões de euros), e (3) à diminuição de 13 milhões de euros nas receitas de interligação, em parte resultado de 6,5 milhões de euros de impacto negativo devido a menores MTRs. Não obstante as difíceis condições económicas, os SMS e os serviços de valor acrescentado continuaram a contribuir para o crescimento das receitas, tendo aumentado 1,8% nos 9M10 face aos 9M09 e representando 24,5% das receitas de serviço (+1,8 pp face aos 9M09).

Apesar do crescimento da base de clientes, o desempenho das receitas de cliente reflectiu o ambiente económico adverso e o elevado nível concorrencial em certos segmentos de mercado, diminuindo 5,0% face aos 9M09 para 833 milhões de euros (44 milhões de euros). As receitas de interligação diminuíram 10,7% nos 9M10 face aos 9M09, para 109 milhões de euros (13 milhões de euros), em resultado: (1) da diminuição do tráfego de entrada; (2) de menores MTRs, que diminuíram de 6,5 cêntimos para 6,0 cêntimos por minuto em 24 de Maio de 2010 e de 6,0 cêntimos de euro para 5,5 cêntimos de euro por minuto em 24 de Agosto de 2010 e que comparam com 6,5 cêntimos de euro por minuto nos 9M09, e (3) de menores receitas de interligação relativas a SMS. As vendas de equipamentos diminuíram 26,2% face aos 9M09 (27 milhões de euros), principalmente devido à redução dos preços dos equipamentos, em resultado do enfoque da TMN na racionalização seu portfólio de produtos, e a menores volumes.

Demonstração dos resultados • móvel Portugal ⁽¹⁾						Milhões de euros	
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10	
Receitas operacionais	355,9	397,9	(10,5%)	1.045,4	1.135,0	(7,9%)	
Prestação de serviços	322,2	353,4	(8,8%)	960,9	1.019,6	(5,8%)	
Cliente	278,2	303,7	(8,4%)	833,3	877,6	(5,0%)	
Interligação	34,8	39,9	(12,9%)	108,6	121,5	(10,7%)	
Roamers	9,1	9,7	(6,3%)	19,1	20,4	(6,7%)	
Vendas	31,3	41,9	(25,4%)	77,4	104,8	(26,2%)	
Outras receitas operacionais	2,5	2,6	(1,4%)	7,2	10,6	(32,8%)	
Custos operacionais, excluindo amortizações	192,7	221,9	(13,2%)	557,0	627,6	(11,2%)	
Custos com pessoal	12,2	11,6	4,7%	35,9	37,5	(4,3%)	
Custos directos dos serviços prestados	62,5	67,5	(7,4%)	187,1	195,8	(4,5%)	
Custos comerciais	59,5	73,8	(19,4%)	153,6	201,1	(23,6%)	
Outros custos operacionais	58,5	69,0	(15,2%)	180,5	193,2	(6,6%)	
EBITDA ⁽²⁾	163,2	175,9	(7,2%)	488,4	507,4	(3,7%)	
Amortizações	60,7	54,3	11,7%	161,6	157,4	2,7%	
Resultado operacional ⁽³⁾	102,5	121,6	(15,7%)	326,8	350,0	(6,6%)	
Margem EBITDA	45,9%	44,2%	1,6pp	46,7%	44,7%	2,0pp	
Capex ⁽⁴⁾	31,5	48,1	(34,5%)	84,1	106,1	(20,8%)	
Capex em % das receitas operacionais	8,9%	12,1%	(3,2pp)	8,0%	9,4%	(1,3pp)	
EBITDA menos Capex	131,7	127,8	3,1%	404,3	401,2	0,8%	

(1) Inclui transacções intragrupo. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos. (4) Exclui os compromissos adicionais no âmbito dos termos da licença UMTS (11,5 milhões de euros em 1T09).

Durante os 9M10, a TMN continuou a centrar-se no rigoroso controlo de custos para, num ambiente económico adverso, melhorar a rentabilidade das suas operações. O EBITDA, nos 9M10, foi de 488 milhões de euros (-3,7% face aos 9M09), diminuindo apenas 19 milhões de euros, apesar da diminuição das receitas (90 milhões de euros) e do lucro bruto (48 milhões de euros). Nos 9M10, a margem EBITDA foi de 46,7%, um aumento de 2,0pp quando comparado com 44,7% nos 9M09. As despesas operacionais, excluindo amortizações, decresceram 11,2% nos 9M10 face ao mesmo período do ano anterior, para 557 milhões de euros, suportadas numa rigorosa disciplina operacional e de controlo de custos: (1) os custos comerciais diminuíram 23,6% face ao ano anterior, para 154 milhões de euros, em resultado do contínuo enfoque no aumento do número de equipamentos exclusivos e

02 Evolução dos negócios

reduzindo a dimensão do portfólio de equipamentos da TMN, o que se traduziu num menor SARC unitário (-19,5% nos 9M10 face aos 9M09); (2) redução dos custos directos (-4,5% face aos 9M09 para 187 milhões de euros), em resultado de menores MTRs e de uma maior proporção do tráfego on-net, não obstante maiores custos com capacidade associados à prestação de serviços de dados, e (3) redução dos outros custos operacionais (-6,6% face aos 9M09). As outras despesas operacionais beneficiaram de menores custos de manutenção e reparação, devido a uma gestão integrada e mais eficiente das redes fixa e móvel e de menores fornecimentos externos, que reflectem a rigorosa disciplina operacional e de controlo de custos. Os custos com pessoal diminuíram 4,3% face aos 9M09 para 36 milhões de euros, reflectindo melhorias contínuas decorrentes da reorganização dos negócios domésticos da PT por segmentos de cliente e da integração fixo-móvel.

O capex diminuiu 20,8% nos 9M10 face aos 9M09, para 84 milhões de euros, representando 8,0% das receitas (-1,3pp face ao mesmo período do ano anterior). A diminuição do capex da TMN é explicada, principalmente, pelo forte enfoque na geração de cash flow e na rentabilidade, beneficiando das sinergias resultantes da integração fixo-móvel e da gestão dos negócios em Portugal por segmentos de cliente. Num contexto de elevada qualidade dos serviços oferecidos, o capex da TMN continuou a ser dirigido, principalmente: (1) para a expansão da capacidade da rede, para acomodar a maior utilização de voz e de dados, e (2) para a cobertura da rede, nomeadamente nas áreas urbanas e nas principais rodovias. Cerca de 60% do capex de rede é direccionado para as redes 3G e 3,5G. Em resultado do rigoroso enfoque na geração de cash-flow, na rentabilidade das operações e na disciplina operacional, o EBITDA menos Capex da TMN aumentou 0,8% face aos 9M09, para 404 milhões de euros nos 9M10.

Negócios internacionais

Nos 9M10, os activos internacionais, numa base pro-forma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 17,8% face aos 9M09, para 447 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu 1,0%, para 165 milhões de euros, melhorando a tendência verificada no 1T10 e 2T10 e apesar da desvalorização do kwanza angolano.

Demonstração de resultados proporcional dos activos internacionais ⁽¹⁾	Milhões de euros					
	3T10	3T09	Δ09/10	9M10	9M09	Δ09/10
Receitas operacionais	163,0	131,5	24,0%	447,5	380,0	17,8%
EBITDA ⁽²⁾	57,9	56,7	2,1%	164,7	166,4	(1,0%)
Amortizações	30,4	10,8	180,3%	57,3	31,0	85,0%
Resultado operacional ⁽³⁾	27,6	45,9	(40,0%)	107,4	135,4	(20,7%)
Margem EBITDA	35,5%	43,1%	(7,6pp)	36,8%	43,8%	(7,0pp)

(1) A consolidação pró-forma dos activos internacionais, considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Dest. dos princ. activos em África e na Ásia (2010) ⁽¹⁾	milhares (clientes), milhões (financeiros)							
	Posição	Rec. local	Δ09/10	EBITDA local	Δ09/10	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	1.083	(5,2%)	637	(15,5%)	58,9%	824	485
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	1.068	(0,7%)	576	(0,6%)	54,0%	109	59
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	6.474	1,9%	3.169	(13,8%)	49,0%	59	29
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	2.022	11,5%	891	5,5%	44,1%	192	85
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	230.067	18,7%	68.605	24,5%	29,8%	9	3
Timor Telecom, Timor-Leste ⁽³⁾	41,12%	41	18,3%	23	22,2%	56,5%	31	18

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

02 Evolução dos negócios

Nos 9M10, face aos 9M09, as receitas e o EBITDA da Unitel, em kuanzas angolanos, aumentaram 14,7% e 2,8%, respectivamente, e diminuíram em 5,2% e 15,5% no período para 1.083 milhões de dólares e 637 milhões de dólares, respectivamente, em resultado da desvalorização de 19,3% do kuanza angolano face ao dólar. Nos 9M10, a Unitel continuou a expandir a sua actividade tanto em Luanda como fora de Luanda e lançou várias campanhas para promover a utilização de voz e de dados.

Nos 9M10, as receitas e o EBITDA da MTC diminuíram 0,7% e 0,6% face aos 9M09, para 1.068 milhões de dólares namibianos e 576 milhões de dólares namibianos, respectivamente. O desempenho das receitas foi conseguido num cenário de diminuição significativa das MTRs e de promoções com significativas ofertas de tráfego para reforçar a posição competitiva da empresa. Excluindo o impacto da redução das MTRs (-66% face ao preço médio nos 9M09), as receitas e o EBITDA teriam aumentado 3,9% e 4,3% face aos 9M09, respectivamente. Nos 9M10, a margem EBITDA foi de 54,0%. As receitas de dados representavam 18,5% das receitas de serviço. Nos 9M10, a MTC centrou a sua actividade comercial e de marketing em iniciativas para promoção da utilização e da banda larga móvel, através do lançamento: (1) de várias campanhas semanais com base em promoção de tráfego; (2) de campanhas nas escolas dirigidas para o segmento jovem, e (3) do Netman, uma nova marca para prestação de serviços de banda larga, desenhada para ser o melhor fornecedor de serviços de banda larga na Namíbia, com 95% de cobertura e velocidades de download até 7,2 Mbps.

Nos 9M10, as receitas da CVT aumentaram 1,9% face aos 9M09 para 6.474 milhões de CVE, enquanto o EBITDA diminuiu 13,8% para 3.169 milhões de CVE. A margem EBITDA foi de 49,0%. As receitas e o desempenho do EBITDA foram impactados pela introdução de normas internacionais de contabilísticas (IFRIC 12) relativas aos contratos de concessão. Excluindo este impacto, as receitas e o EBITDA teriam diminuído 7,8% e 13,4%, respectivamente. Nos 9M10, o desempenho das receitas foi negativamente impactado por menores receitas de roaming e por menores receitas de saída no segmento móvel, bem como por impactos adversos de regulação no negócio de rede fixa. Excluindo os impactos regulatórios, o EBITDA teria diminuído 4,0% nos 9M10 face aos 9M09. É importante ainda referir que, no 3T10, a tendência de variação face ao mesmo período do ano anterior do EBITDA melhorou significativamente quando comparado com os trimestres anteriores. Nos 9M10, a CVT lançou uma campanha institucional para celebrar o facto de ter ultrapassado 300 mil clientes móveis e lançou várias campanhas nas escolas dirigidas ao segmento jovem. Os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram significativamente, representando 20,5% e 10,3% da base de clientes de rede fixa, respectivamente.

As receitas operacionais e o EBITDA da CTM aumentaram 11,5% e 5,5% nos 9M10 face aos 9M09, para 2.022 milhões de patacas e 891 milhões de patacas, respectivamente. A margem EBITDA foi de 44,1%. O crescimento das receitas foi conseguido num contexto de uma evolução positiva da economia de Macau, que implicou um aumento no número de visitantes no período. As receitas de dados representavam 14,0% das receitas de serviço do segmento móvel. Nos 9M10, a CTM lançou várias campanhas dirigidas a clientes de banda larga, tanto para utilizadores com smartphones como para utilizadores com placas digitais.

Nos 9M10, as receitas e o EBITDA da CST aumentaram 18,7% e 24,5% face ao mesmo período do ano anterior, para 230.067 milhões de dobras são tomenses e 68.605 milhões de dobras são tomenses, respectivamente. A margem EBITDA foi de 29,8%.

Nos 9M10, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 18,3% e 22,2% face aos 9M09, para 40,9 milhões de dólares e 23,1 milhões de dólares, respectivamente, principalmente em resultado do forte aumento no número de clientes móveis. A margem EBITDA foi de 56,5%. As receitas de dados representavam 14,3% das receitas de

02 Evolução dos negócios

serviço do segmento móvel. O aumento da base de clientes foi conseguido num cenário de expansão da cobertura e reforço da oferta comercial, uma vez que nos 9M10 a Timor Telecom: (1) relançou sua marca comercial; (2) lançou serviços 3G; (3) aumentou significativamente a capilaridade da sua rede distribuição, e (4) melhorou a sua oferta comercial, com aparelhos de gama baixa e com campanhas de estímulo ao tráfego.

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

		euros			
	Notas	9M 10	9M09 (reexpresso)	3T 10	3T09 (reexpresso)
RECEITAS					
Prestações de serviços		2.636.664.859	2.602.365.851	895.110.497	881.826.172
Vendas		111.655.844	135.808.503	39.656.432	56.202.571
Outras receitas		44.239.939	33.979.888	17.397.203	11.295.388
	5	2.792.560.642	2.772.154.242	952.164.132	949.324.131
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)					
Custos com o pessoal		470.592.158	408.835.726	163.747.717	140.669.967
Custos directos dos serviços prestados		412.784.469	384.593.640	137.352.741	127.837.309
Custos comerciais		272.186.306	307.110.694	98.018.299	110.979.585
Fornecimentos e serviços externos		442.680.198	436.655.676	148.192.280	150.775.578
Impostos indirectos		33.990.504	41.963.527	114.18.808	14.471.949
Provisões e ajustamentos		31.113.525	16.023.566	11.569.077	7.807.903
Amortizações		549.274.796	491.688.486	199.584.429	168.333.126
Custos com benefícios de reforma, líquidos	13	53.467.700	67.215.000	17.822.567	22.405.000
Custos de curtailment, líquidos	6	10.852.969	4.078.516	1.613.756	592.500
Ganhos com a alienação de activos fixos, líquidos	6	(979.799)	(888.751)	(1.807.160)	(366.338)
Outros custos, líquidos	7	111.233.065	25.508.807	100.672.487	13.283.137
		2.387.195.891	2.182.784.887	888.185.001	756.789.716
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	5	405.364.751	589.369.355	63.979.131	192.534.415
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS					
Juros suportados, líquidos	5 e 8	175.549.954	164.206.646	56.944.015	60.102.956
Perdas (ganhos) em empresas associadas, líquidos	5	(65.375.621)	(158.318.833)	18.544.647	(56.117.303)
Outros custos financeiros, líquidos	5 e 9	35.467.825	16.571.670	23.287.711	14.717.164
		145.642.158	22.459.483	98.776.373	18.702.817
Resultado antes de impostos		259.722.593	566.909.872	(34.797.242)	173.831.598
Imposto sobre o rendimento	5 e 10	64.127.014	164.421.244	37.603.344	52.668.766
Resultado das operações continuadas		195.595.579	402.488.628	(72.400.586)	121.162.832
Resultado das operações descontinuadas	11	5.551.451.400	44.417.179	5.474.765.812	29.558.784
RESULTADO LÍQUIDO		5.747.046.979	446.905.807	5.402.365.226	150.721.616
Atribuível a interesses minoritários		129.344.442	74.253.240	49.156.893	34.645.403
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	12	5.617.702.537	372.652.567	5.353.208.333	116.076.213
Resultado por acção das operações continuadas, líquido de interesses minoritários					
Básico	12	0,15	0,41	(0,10)	0,12
Diluído	12	0,15	0,40	(0,10)	0,12
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom					
Básico	12	6,41	0,43	6,11	0,13
Diluído	12	6,00	0,42	5,70	0,13

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

		euros			
	Notas	9M 10	9M 09 (reexpresso)	3T 10	3T 09 (reexpresso)
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio					
Ajustamentos de conversão cambial					
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		365.733.851	784.953.738	(224.601.835)	196.044.132
Transferências para resultados (ii)	11	(1.134.159.099)	-	(1.134.159.099)	-
Benefícios de reforma					
Ganhos (perdas) actuariais líquidos	6	(72.623.637)	152.109.962	70.577.626	136.534.478
Efeito fiscal	10	19.245.264	(40.309.140)	(18.703.071)	(36.116.637)
Instrumentos financeiros					
Derivados de cobertura					
Variação no valor de mercado		(6.425.077)	(463.243)	(1512.904)	(104.071)
Transferências para resultados		2.823.867	539.607	915.525	245.499
Efeito fiscal		954.321	(20.236)	83.210	(37.478)
Outros custos reconhecidos directamente no capital próprio, líquidos		(4.473.635)	(4.536.008)	(877.618)	280.647
		(828.924.145)	892.274.680	(1.308.278.166)	296.781.570
Reservas reconhecidas directamente no capital próprio					
Remensuração do imposto diferido passivo relativo à reavaliação de activos (iii)					
		-	17.395.129	-	-
Total de resultados e reservas reconhecidos directamente no capital próprio					
		(828.924.145)	909.669.809	(1.308.278.166)	296.781.570
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados					
		5.747.046.979	446.905.807	5.402.365.226	150.721.616
Total dos resultados reconhecidos					
		4.918.122.834	1.356.575.616	4.094.087.060	447.503.186
Atribuível a interesses minoritários		227.972.358	283.218.698	(4.333.169)	86.621.578
Atribuível aos accionistas da Portugal Telecom		4.690.150.476	1.073.356.918	4.098.420.229	360.881.608

(i) Os ganhos e perdas registados nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009 estão relacionados essencialmente com a valorização e desvalorização do Real face ao Euro.

(ii) Na sequência da alienação do investimento na Vivo (Nota 1), o valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relativos a este investimento, anteriormente reconhecidos directamente no capital próprio, foi reclassificado para resultado líquido.

(iii) Na sequência da decisão tomada no segundo trimestre de 2009 de transferir certos activos imobiliários para o fundo de pensões, e de acordo com a norma IAS 12 Imposto sobre o Rendimento, o passivo por impostos diferidos relativo à reavaliação desses activos foi ajustado de modo a reflectir a forma como a Portugal Telecom esperava recuperar o valor contabilístico dos mesmos.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

30 DE SETEMBRO DE 2010, 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

		euros		
	Notas	30 Set 2010	31 Dez 2009 (reexpresso)	1 Jan 2009 (reexpresso)
ACTIVO				
Activo corrente				
Caixa e equivalentes de caixa		5.985.581.406	1.449.516.549	10.655.198
Investimentos de curto prazo		26.167.1889	26.867.252	52.933.160
Contas a receber	11	2.296.817.477	1.568.572.068	1.446.486.899
Existências		124.700.839	239.877.325	297.382.098
Impostos a recuperar		30.665.955	254.765.524	317.865.624
Custos diferidos		40.239.616	137.262.528	131.470.086
Outros activos correntes		27.060.859	22.191.369	60.188.716
Total do activo corrente		8.766.738.041	3.699.052.615	3.316.981.781
Activo não corrente				
Contas a receber	11	1.974.784.972	1.144.014	8.241.256
Impostos a recuperar		360.348	196.429.460	140.771.497
Investimentos financeiros		567.038.731	614.095.973	634.290.577
Activos intangíveis	13	1.079.929.444	4.074.303.198	3.486.237.730
Activos tangíveis	13	3.542.539.960	4.843.868.200	4.621.486.868
Benefícios de reforma	6	1.254.604	67.588.596	1.557.026
Impostos diferidos	10	603.937.073	1.019.511.128	1.032.723.979
Outros activos não correntes		289.358.434	314.203.554	478.954.057
Total do activo não corrente		8.059.203.566	11.141.440.123	10.404.262.990
Total do activo		16.825.941.607	14.840.492.738	13.721.244.771
PASSIVO				
Passivo corrente				
Dívida de curto prazo	14	837.165.292	494.531.900	2.254.666.256
Contas a pagar		716.774.719	1.335.127.377	1.372.302.781
Acréscimos de custos		619.516.700	636.891.386	647.156.746
Proveitos diferidos		286.478.348	417.777.933	362.622.368
Impostos a pagar		116.447.289	293.891.365	337.641.837
Provisões		103.250.116	77.815.865	72.214.080
Outros passivos correntes		28.229.770	142.370.844	107.020.445
Total do passivo corrente		2.707.862.234	3.398.406.670	5.153.624.513
Passivo não corrente				
Dívida de médio e longo prazo	14	6.191.677.957	6.551.516.128	4.441.190.114
Impostos a pagar		3.730.181	59.217.420	38.730.319
Provisões		49.306.994	102.629.790	96.806.426
Benefícios de reforma	6	1.544.259.009	1.558.341.521	1.836.850.900
Impostos diferidos	10	327.910.060	483.112.334	462.192.776
Outros passivos não correntes		306.894.696	299.822.417	495.612.901
Total do passivo não corrente		8.423.778.897	9.054.639.610	7.371.383.436
Total do passivo		11.131.641.131	12.453.046.280	12.525.007.949
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social		26.895.375	26.895.375	26.895.375
Acções próprias		(178.071.827)	(178.071.827)	(178.071.827)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139	6.773.139
Reserva de acções próprias		6.970.320	6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		698.065.768	722.108.135	790.686.788
Outras reservas e resultados acumulados		4.929.058.717	733.636.104	(421.227.368)
Capital próprio excluindo interesses minoritários		5.489.691.492	1.318.311.246	232.026.427
Interesses minoritários		204.608.984	1.069.135.212	964.210.395
Total do capital próprio		5.694.300.476	2.387.446.458	1.196.236.822
Total do capital próprio e do passivo		16.825.941.607	14.840.492.738	13.721.244.771

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 E 2010

	euros								
	Capital social	Acções próprias	Reserva legal	Reserva de acções próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses minoritários	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2009, reexpresso	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	790.686.788	(421.227.368)	232.026.427	964.210.395	1.196.236.822
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(76.213.963)	(579.840.651)
Reestruturação societária na Vivo	-	-	-	-	-	103.641.467	103.641.467	(103.641.467)	-
Aumentos capital em empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	12.045.978	12.045.978
Remensuração do imposto diferido passivo relativo a reavaliações de activos	-	-	-	-	17.395.129	-	17.395.129	-	17.395.129
Realização das reservas de reavaliação	-	-	-	-	(32.469.965)	32.469.965	-	-	-
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	683.309.222	683.309.222	208.965.458	892.274.680
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	372.652.567	372.652.567	74.253.240	446.905.807
Saldo em 30 de Setembro de 2009, reexpresso	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	775.611.952	267.219.165	905.398.124	1.079.619.641	1.985.017.765

	euros								
	Capital social	Acções próprias	Reserva legal	Reserva de acções próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses minoritários	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2009, reexpresso	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	722.108.135	733.636.104	1.318.311.246	1.069.135.212	2.387.446.458
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(5175.1239)	(555.377.927)
Aquisições, alienações e aumentos de capital (i)	-	-	-	-	-	-	-	(1040.747.347)	(1040.747.347)
Efeito fiscal relativo à componente de capital das obrigações convertíveis (Nota 10)	-	-	-	-	-	(15.143.542)	(15.143.542)	-	(15.143.542)
Realização das reservas de reavaliação	-	-	-	-	(32.364.562)	32.364.562	-	-	-
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(927.552.061)	(927.552.061)	98.627.916	(828.924.145)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	5.617.702.537	5.617.702.537	129.344.442	5.747.046.979
Saldo em 30 de Setembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	689.743.573	4.937.380.912	5.489.691.492	204.608.984	5.694.300.476

(i) Esta rubrica inclui uma redução de 1049 milhões de euros (Nota 11), correspondentes aos interesses minoritários da Vivo na data da venda deste investimento, e um aumento de 8,7 milhões de euros (Nota 2), decorrente da aquisição da GPTI.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2009

		euros	
	Notas	9M 10	9M 09
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3.090.368.148	3.289.610.161
Pagamentos a fornecedores		(1.522.382.716)	(1.704.791.816)
Pagamentos ao pessoal		(469.580.537)	(418.784.566)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	15.a	(37.657.867)	(90.571.050)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma	6	(84.692.826)	(142.646.729)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros		(150.901.417)	(166.414.579)
Fluxos das actividades operacionais de operações continuadas		825.152.785	766.401.421
Fluxos das actividades operacionais de operações descontinuadas	11	603.033.383	603.878.327
Fluxos das actividades operacionais (1)		1.428.186.168	1.370.279.748
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo		11.684.490	13.548.841
Investimentos financeiros	15.b	4.592.405.034	20.070.335
Activos tangíveis e intangíveis		11.950.639	4.464.192
Juros e proveitos similares		41.507.027	22.912.352
Dividendos	15.c	53.660.109	79.086.942
Outras actividades de investimento		422.318	10.895.428
		4.711.629.617	150.978.090
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo		(251.751.834)	(1.750.018)
Investimentos financeiros		(335.652)	(2.375.329)
Activos tangíveis e intangíveis		(619.532.709)	(603.263.584)
Outras actividades de investimento		(2.095.651)	(197.217)
		(883.715.846)	(607.586.148)
Fluxos das actividades de investimento de operações continuadas		3.827.913.771	(456.608.058)
Fluxos das actividades de investimento de operações descontinuadas	11	(191.295.243)	(288.947.820)
Fluxos das actividades de investimento (2)		3.636.618.528	(745.555.878)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	15.d	15.489.643.417	22.338.403.843
Subsídios		1.556.535	789.803
Outras actividades de financiamento		48.042	3.055
		15.491.247.994	22.339.196.701
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	15.d	(14.520.204.572)	(21.284.770.073)
Amortizações de contratos de locação financeira		(15.493.043)	(9.572.884)
Juros e custos similares		(222.576.418)	(217.628.414)
Dividendos	15.e	(566.480.289)	(540.374.921)
Outras actividades de financiamento	15.f	(400.428)	(38.569.567)
		(15.325.178.924)	(22.090.915.859)
Fluxos das actividades de financiamento de operações continuadas		166.069.070	248.280.842
Fluxos das actividades de financiamento de operações descontinuadas	11	(359.060.119)	(540.461.442)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(192.991.049)	(292.180.600)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.449.516.549	1.010.655.198
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		4.871.813.647	332.543.270
Efeito das diferenças de câmbio		46.719.438	82.326.663
Caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas à data da venda		(382.468.228)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.985.581.406	1.425.525.131

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, SA

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 30 de Setembro de 2010

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") prestam serviços de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro, incluindo o Brasil e África.

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, a principal alteração relativa aos serviços prestados pelo Grupo Portugal Telecom resultou da conclusão da alienação da participação de 50% na Brasilcel (a *joint venture* que controla a Vivo) à Telefónica (Notas 2 e 11), na sequência da qual o Grupo deixou de prestar serviços de telecomunicações móveis no Brasil.

Em 28 de Julho de 2010, a Portugal Telecom, a Andrade Gutierrez Participações, S.A. e a LF Tel, S.A., dois dos maiores accionistas da Telemar Participações, S.A., celebraram um acordo de intenções tendo por objecto determinar as bases e os princípios que fundamentarão a parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi. Através deste acordo, a Portugal Telecom espera conseguir uma participação económica directa e indirecta de 22,38% no Grupo Oi, através de um investimento máximo de 8,4 mil milhões de Reais Brasileiros. O Grupo Oi é o operador líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador de telecomunicações fixas na América do Sul em termos de clientes activos.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 2 de Novembro de 2010.

2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 "IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar*". Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Alterações no perímetro de consolidação

A) Aquisições

No dia 7 de Fevereiro de 2010, a Portugal Telecom, através da Mobitel, S.A. ("Dedic"), empresa que actua no mercado de *contact centre* no Brasil, celebrou um acordo para a aquisição de uma participação de 100% no capital da GPTI, S.A. ("GPTI"), empresa que presta serviços relacionados com tecnologias e sistemas de informação, os quais complementam os serviços prestados pela Dedic. O valor desta transacção inclui: (1) a emissão de acções pela Dedic correspondentes a uma participação financeira de 12,5%; e (2) uma opção concedida ao antigo accionista da GPTI de aumentar ou diminuir a sua participação no capital da Dedic em até 7,5%, em função do desempenho operacional e financeiro da GPTI em 2010 e 2011. Na sequência desta aquisição, concluída a 1 de Março de 2010 através da emissão de acções pela Dedic (data efectiva da aquisição de controlo), o antigo accionista da GPTI detém uma participação financeira de 12,5% na Dedic.

O detalhe dos activos líquidos da GPTI que foram consolidados em 1 de Março de 2010 e do *goodwill* apurado de forma preliminar em resultado da transacção acima referida é como segue:

	milhões de euros		
	Valor contabilístico	Ajustamentos para o justo valor (i)	Justo valor
ACTIVOS LÍQUIDOS ADQUIRIDOS			
Contas a receber	13,2	-	13,2
Impostos a recuperar	1,9	-	1,9
Activos intangíveis	-	2,5	2,5
Activos tangíveis	0,9	-	0,9
Outros activos não correntes	0,0	-	0,0
Dívida de curto prazo	(17,5)	-	(17,5)
Contas a pagar	(2,5)	-	(2,5)
Impostos a pagar	(10,7)	-	(10,7)
Provisões não correntes	(4,1)	-	(4,1)
Dívida de médio e longo prazo	(13,3)	-	(13,3)
Provisões não correntes	(1,8)	(0,9)	(2,7)
Outros passivos	(3,0)	-	(3,0)
Total dos activos líquidos adquiridos	(36,9)	1,6	(35,3)
Preço de compra (ii)			13,6
Goodwill decorrente da diferença entre o preço de compra e os activos líquidos adquiridos			48,9
Ganho relativo ao efeito de diluição no aumento de capital (iii)			(2,8)
Goodwill total (Nota 13)			46,1

- (i) Os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos foram efectuados numa base preliminar e poderão estar sujeitos a alterações num período de 12 meses desde a data de aquisição. Os ajustamentos para o justo valor dos activos intangíveis correspondem ao valor estimado de contratos recorrentes celebrados entre a GPTI e determinados clientes. Os ajustamentos para o justo valor das provisões não correntes correspondem ao justo valor de determinadas contingências fiscais cujo desfecho era considerado como possível na data de aquisição.
- (ii) Tal como mencionado acima, o preço de compra inclui (a) 28,3 milhões de reais (11,4 milhões de euros) correspondentes ao valor de mercado do aumento de capital da Dedic na data de aquisição, e (b) 5,4 milhões de reais (2,2 milhões de euros) correspondentes ao justo valor da opção concedida ao antigo accionista da GPTI a 1 de Março de 2010.
- (iii) Em resultado do aumento de capital da Dedic supra mencionado, a Portugal Telecom apurou um ganho de 6,8 milhões de reais (2,8 milhões de euros), o qual resulta da diferença entre a proporção no aumento de capital e o efeito diluição da sua participação no capital da Dedic. Este ganho foi registado a deduzir ao *goodwill* apurado nesta transacção.

No seguimento da aquisição da GPTI, os interesses minoritários da Dedic ascenderam a 8,7 milhões de euros a 1 de Março de 2010, correspondentes a 12,5% do valor de mercado da Dedic (11,4 milhões de euros) líquido do ganho de 2,8 milhões de euros supra mencionado.

A contribuição da GPTI para os resultados da Portugal Telecom nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 correspondem a um resultado líquido antes de interesses minoritários de 2,3 milhões de euros e 1,4 milhões de euros, respectivamente, incluindo receitas operacionais de 38 milhões de euros e 17 milhões de euros, respectivamente. Caso a GPTI tivesse sido consolidada desde 1 de Janeiro de 2010, os valores pro-forma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses minoritários da Portugal Telecom, para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, seriam como segue:

milhões de euros			
	Valores reportados	Resultados da GPTI de Janeiro e Fevereiro de 2010	Informação pro-forma
Receitas operacionais	2.793	8	2.801
Resultado líquido (antes de interesses minoritários)	5.747	(5)	5.742

B) Alienações

Em 27 de Setembro de 2010, conforme referido na Nota 1, a Portugal Telecom concluiu a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel à Telefónica pelo preço total de 7.500 milhões de euros, tendo recebido nesse dia 4.500 milhões de euros (Nota 15.b). No âmbito do acordo definido com a Telefónica, 1.000 milhões de euros deverão ser pagos em 30 de Dezembro de 2010 e 2.000 milhões de euros deverão ser pagos até 31 de Outubro de 2011. Em resultado desta alienação, a Portugal Telecom reconheceu um ganho total de 5.409 milhões (Nota 11).

Em virtude da venda do investimento na Brasilcel, os resultados do negócio móvel no Brasil em 2009 e em 2010 até à conclusão da alienação foram apresentados na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica "Resultado das operações descontinuadas" (Nota 11).

Para além da situação acima referida, não ocorreram outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010.

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

Com excepção da alteração da política contabilística mencionada abaixo, as políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom.

A interpretação IFRIC 12 *Acordos de Concessão* tornou-se efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2010, no seguimento da aprovação pela Comissão Europeia a 25 de Março de 2009, e tem aplicabilidade na Portugal Telecom no que diz respeito ao acordo de concessão de um negócio internacional que presta serviços de telecomunicações de rede fixa. A Portugal Telecom, no âmbito desse acordo de concessão e de acordo com a IFRIC 12, reconheceu um activo intangível relacionado com o direito de cobrar a utilização do serviço público, o qual não representa um direito incondicional de receber numerário uma vez que os montantes a receber dependem da utilização do serviço pelos clientes. Este activo intangível, o qual irá ser amortizado até ao termo do acordo de concessão, foi determinado a 1 de Janeiro de 2009 como (1) o valor contabilístico dos activos tangíveis afectos ao acordo de concessão, acrescido (2) do valor actual das rendas estimadas a pagar até ao termo do acordo de concessão. Adicionalmente, a Demonstração Consolidada dos Resultados de 2009 foi ajustada da seguinte forma: (i) as receitas foram aumentadas para reflectir, de acordo com a IAS 11 *Contratos de Construção* e a IAS 18 *Rédito*, os serviços prestados pelo operador no âmbito desse acordo de concessão; (ii) os fornecimentos e serviços externos foram aumentados para reflectir os investimentos incorridos no desenvolvimento da rede fixa e foram reduzidos pelo custo associado à renda anual de concessão; e (iii) os custos com amortizações foram reduzidos pela diferença entre a amortização dos activos intangíveis, até ao término do acordo de concessão,

e a amortização dos antigos activos tangíveis afectos ao acordo de concessão, com base nas antigas vidas úteis. Como permitido pelas regras de transição da IFRIC 12, esta alteração de política contabilística não foi aplicada retrospectivamente conforme requerido pela IAS 8 *Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas*, mas foi aplicada prospectivamente a partir de 1 de Janeiro de 2009 com base no valor contabilístico dos activos tangíveis afectos ao acordo de concessão, tal como mencionado em cima. Consequentemente, foram efectuadas alterações nas Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira a 31 de Dezembro de 2008 e 2009 anteriormente reportadas e nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2009 anteriormente reportadas, devidamente ajustadas para considerar a Vivo como uma operação descontinuada:

Demonstração da posição financeira em 1 de Janeiro de 2009			euros
	Antes da adopção da IFRIC 12	Impactos da adopção da IFRIC 12	Demonstração reexpressa
Activo			
Activos intangíveis	3.463.038.116	23.199.614	3.486.237.730
Activos tangíveis	4.637.837.013	(16.350.145)	4.621.486.868
Outros activos	5.613.520.173	-	5.613.520.173
Total do activo	13.714.395.302	6.849.469	13.721.244.771
Passivo			
Outros passivos não correntes	488.763.432	6.849.469	495.612.901
Outros passivos	12.029.395.048	-	12.029.395.048
Total do passivo	12.518.158.480	6.849.469	12.525.007.949
Capital próprio excluindo interesses minoritários	232.026.427	-	232.026.427
Interesses minoritários	964.210.395	-	964.210.395
Total do capital próprio	1.196.236.822	-	1.196.236.822
Total do capital próprio e do passivo	13.714.395.302	6.849.469	13.721.244.771

Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009			euros
	Antes da adopção da IFRIC 12	Impactos da adopção da IFRIC 12	Demonstração reexpressa
Activo			
Activos intangíveis	4.046.670.219	27.632.979	4.074.303.198
Activos tangíveis	4.862.214.772	(18.346.572)	4.843.868.200
Outros activos	5.922.321.340	-	5.922.321.340
Total do activo	14.831.206.331	9.286.407	14.840.492.738
Passivo			
Passivos por impostos diferidos	482.219.973	892.361	483.112.334
Outros passivos não correntes	294.105.452	5.716.965	299.822.417
Outros passivos	11.670.111.529	-	11.670.111.529
Total do passivo	12.446.436.954	6.609.326	12.453.046.280
Capital próprio excluindo interesses minoritários	1.317.508.122	803.124	1.318.311.246
Interesses minoritários	1.067.261.255	1.873.957	1.069.135.212
Total do capital próprio	2.384.769.377	2.677.081	2.387.446.458
Total do capital próprio e do passivo	14.831.206.331	9.286.407	14.840.492.738

Demonstração dos resultados para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009				euros
	Antes da adoção da IFRIC 12	Impactos da adoção da IFRIC 12	Demonstração reexpressa	
Receitas totais	2.767.761.429	4.392.813	2.772.154.242	
Custos, perdas e (ganhos)				
Fornecimentos e serviços externos	433.629.574	3.026.102	436.655.676	
Amortizações	493.477.699	(1.789.213)	491.688.486	
Outros custos operacionais, líquidos	1254.440.725	-	1254.440.725	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	586.213.431	3.155.924	589.369.355	
Resultados financeiros	(22.459.483)	-	(22.459.483)	
Imposto sobre o rendimento	(163.632.263)	(788.981)	(164.421.244)	
Resultado líquido das operações continuadas	400.121.685	2.366.943	402.488.628	
Resultado líquido das operações descontinuadas	44.417.179	-	44.417.179	
Resultado líquido	444.538.864	2.366.943	446.905.807	
Atribuível a interesses minoritários	72.596.380	1656.860	74.253.240	
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	371.942.484	710.083	372.652.567	
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom				
Básico	0,42	0,00	0,43	
Diluído	0,42	0,00	0,42	

Demonstração dos resultados para o trimestre findo em 30 de Setembro de 2009				euros
	Antes da adoção da IFRIC 12	Impactos da adoção da IFRIC 12	Demonstração reexpressa	
Receitas totais	948.439.956	884.175	949.324.131	
Custos, perdas e (ganhos)				
Fornecimentos e serviços externos	150.327.903	447.675	150.775.578	
Amortizações	168.899.144	(566.018)	168.333.126	
Outros custos operacionais, líquidos	437.681.012	-	437.681.012	
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	191.531.897	1.002.518	192.534.415	
Resultados financeiros	(18.702.817)	-	(18.702.817)	
Imposto sobre o rendimento	(52.418.136)	(250.630)	(52.668.766)	
Resultado líquido das operações continuadas	120.410.944	751.888	121.162.832	
Resultado líquido das operações descontinuadas	29.558.784	-	29.558.784	
Resultado líquido	149.969.728	751.888	150.721.616	
Atribuível a interesses minoritários	34.119.081	526.322	34.645.403	
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	115.850.647	225.566	116.076.213	
Resultado líquido por acção				
Básico	0,13	0,00	0,13	
Diluído	0,13	0,00	0,13	

Com excepção da interpretação supra mencionada, não existiram outras normas, normas revistas ou interpretações que tenham ficado efectivas durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, e cuja adopção seja aplicável às demonstrações financeiras da Portugal Telecom.

Adicionalmente, durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, o International Accounting Standards Board ("IASB") e o International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") não emitiram novas normas, revisões de normas ou interpretações aplicáveis à Portugal Telecom.

4. Taxas de Câmbio

A moeda estrangeira a que a Portugal Telecom estava mais exposta é o Real Brasileiro, em resultado do investimento na Vivo, o qual foi vendido em 27 de Setembro de 2010. Em 30 de Setembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os activos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,3201 e 2,5113 Reais Brasileiros para Euros, respectivamente. Durante os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, as demonstrações dos resultados de empresas participadas expressas em Reais Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio média de 2,3410 e 2,8345 Reais Brasileiros para Euros, respectivamente.

5. Reporte de segmentos

A identificação dos segmentos operacionais é como segue: (i) Rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais); e (ii) Móvel Portugal (TMN).

No seguimento da venda de 50% da participação na Brasilcel, o segmento móvel do Brasil deixou de ser considerado como um segmento operacional e os seus resultados foram incluídos na rubrica "Resultado das operações descontinuadas".

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, as receitas por segmento operacional e respectiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

euros						
9M 10			9M 09 (reexpresso)			
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Rede fixa	1452.633.479	(10.651.172)	1332.982.307	1446.391.073	(12.298.435)	1334.092.638
Móvel Portugal - TMN (i)	1045.439.030	(39.877.422)	1005.561.608	1.134.991.210	(43.412.753)	1.091.578.457
Receitas relativas a outras operações (ii)	778.714.174	(324.697.447)	454.016.727	662.225.398	(315.742.251)	346.483.147
Receitas consolidadas do Grupo			2.792.560.642			2.772.154.242

euros						
3T 10			3T 09 (reexpresso)			
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Rede fixa	481.644.757	(41.499.356)	440.145.401	481.053.621	(39.395.714)	441.657.907
Móvel Portugal - TMN (i)	355.945.590	(12.837.248)	343.108.342	397.856.498	(15.816.949)	382.039.549
Receitas relativas a outras operações (ii)	278.044.432	(109.134.043)	168.910.389	236.344.492	(110.717.817)	125.626.675
Receitas consolidadas do Grupo			952.164.132			949.324.131

- (i) A redução nas receitas da TMN nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é essencialmente explicada por (1) menores receitas de cliente (44 milhões de euros e 25 milhões de euros, respectivamente), em resultado de condições económicas adversas e de um aumento da penetração dos planos tarifários pré-pagos de taxa fixa on-net, (2) menores receitas de interligação (13 milhões de euros e 5 milhões de euros, respectivamente), em parte devido à redução das tarifas de terminação móvel, e (3) menores vendas de equipamentos (27 milhões de euros e 11 milhões de euros, respectivamente).
- (ii) O aumento das receitas relacionadas com outras operações nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, quando comparado com os mesmos períodos do ano anterior, é essencialmente explicado pela melhoria das receitas da Dedic, operador de *call center* e prestador de serviços de outsourcing no Brasil, da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom, e inclui também o impacto da consolidação da GPTI desde 1 de Março de 2010 (38 milhões de euros).

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacional e o resultado líquido consolidado do Grupo é como segue:

	euros			
	9M 10	9M 09 (reexpresso)	3T 10	3T 09 (reexpresso)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:				
Rede fixa (i)	12.804.181	213.099.662	1.073.912	60.925.376
Móvel Portugal - TMN (ii)	300.399.236	352.284.025	78.946.106	120.993.293
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações	(7.838.666)	23.985.668	(16.040.887)	10.615.746
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	405.364.751	589.369.355	63.979.131	192.534.415
Ganhos e (custos) financeiros:				
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	(175.549.954)	(164.206.646)	(56.944.015)	(60.102.956)
Ganhos (perdas) em empresas associadas, líquidos (iii)	65.375.621	158.318.833	(18.544.647)	56.117.303
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	(35.467.825)	(16.571.670)	(23.287.711)	(14.717.164)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	(64.127.014)	(164.421.244)	(37.603.344)	(52.668.766)
Resultado líquido das operações continuadas	195.595.579	402.488.628	(72.400.586)	121.162.832
Resultado das operações descontinuadas (Nota 11)	5.551.451.400	44.417.179	5.474.765.812	29.558.784
Resultado líquido	5.747.046.979	446.905.807	5.402.365.226	150.721.616

- (i) A redução ocorrida nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, face aos mesmos períodos do ano anterior, está relacionada essencialmente com o contínuo esforço de desenvolvimento das ofertas de televisão por subscrição e triple-play, originando (1) maiores custos de programação, (2) um aumento dos custos com as amortizações relacionadas com os investimentos na implementação de serviços de IPTV, e (3) maiores custos com a aquisição de clientes e custos com serviços de suporte.
- (ii) A redução no resultado antes de resultados financeiros e impostos da TMN no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010 foi impactada pela diminuição nas receitas operacionais, tal como mencionado acima, não obstante o rígido controlo de custos e enfoque na rentabilidade das operações, o que contribuiu para uma redução dos custos operacionais.
- (iii) Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, a diminuição nos ganhos em empresas associadas é explicada essencialmente pelo (1) reconhecimento de perdas não recorrentes no valor contabilístico de determinados investimentos em empresas associadas, no valor total de 72 milhões de euros no trimestre findo em 30 de Setembro de 2010, (2) impacto da depreciação do Kuanza de Angola face ao Euro entre ambos os períodos (16 milhões de euros e 4 milhões de euros, respectivamente), e (3) pela participação da Portugal Telecom nos resultados da Médi Télécom em 2009 (9 milhões de euros e 5 milhões de euros, respectivamente), investimento que foi alienado no final desse ano. Ajustando estes efeitos, os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 153 milhões de euros e 150 milhões de euros nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, respectivamente.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, os investimentos em activos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados foram como segue (Nota 13):

	euros			
	9M 10	9M 09 (reexpresso)	3T 10	3T 09 (reexpresso)
Rede fixa	319.045.775	358.003.500	106.985.006	130.706.182
Móvel Portugal - TMN (i)	84.090.926	106.125.086	31.530.387	48.142.695
Outros negócios	90.436.778	68.021.289	42.912.996	26.840.879
	493.573.479	532.149.875	181.428.389	205.689.756

- (i) No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009, o instrumento em activos tangíveis e intangíveis inclui o montante de 11,5 milhões de euros relativo a compromissos adicionais no âmbito dos termos da licença UMTS.

A diminuição nos investimentos em activos tangíveis e intangíveis no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, é explicada essencialmente por:

- Uma diminuição na rede fixa (39 milhões de euros), em resultado do decréscimo no período dos investimentos em infra-estrutura histórica de rede, não obstante (1) o esforço contínuo no lançamento de novas infra-estruturas, nomeadamente FTTH, e (2) o aumento do investimento de cliente, relacionado com o crescimento dos serviços de TV por subscrição. Os outros investimentos, nomeadamente relacionados com a infra-estrutura de sistemas e tecnologias de informação, também

diminuíram, em resultado do enfoque da Portugal Telecom na eficiência e na geração de cash-flow, beneficiando dos investimentos significativos efectuados em 2008 e 2009 e da integração fixo-móvel;

- Uma diminuição na TMN (22 milhões de euros), devido à focalização na geração de cash-flow, com um decréscimo de 71,5% nos investimentos relacionados com TI/SI em resultado da integração fixo-móvel. Os investimentos em activos tangíveis e intangíveis continuam a ser direccionados principalmente para a expansão da capacidade e cobertura da rede, nomeadamente nas áreas urbanas e nas principais vias; e
- Um aumento dos investimentos em activos tangíveis e intangíveis nos outros negócios (34 milhões de euros), o qual compensou parcialmente os efeitos acima referidos e resultou essencialmente dos investimentos efectuados no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010 (1) na expansão da Dedic, o negócio de *contact center* e *outsourcing* da Portugal Telecom no Brasil, incluindo a criação de novos sites, e (2) em África, nomeadamente na MTC e CVT.

6. Benefícios de reforma

Em 30 de Setembro de 2010, a Empresa não obteve um estudo actuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010 baseiam-se no estudo actuarial de 31 de Dezembro 2009, ajustado apenas pelos custos com a redução de efectivos incorridos durante esse período.

Em 30 de Setembro de 2010, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO) da Portugal Telecom relativas a pensões e cuidados de saúde ascendiam a 3.051 milhões de euros, e o valor de mercado dos activos dos planos ascendia a 2.242 milhões de euros. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 712 milhões de euros, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Em 30 de Setembro de 2010, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no montante de 22 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma registadas na demonstração da posição financeira ascendiam a 1.543 milhões de euros. Durante os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2009 e 2010, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos activos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como segue:

	euros			
	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	879.812.824	47.745.643	907.735.413	1.835.293.880
Custos com benefícios de reforma do período, líquidos	30.345.750	1393.500	35.475.750	67.215.000
Custos com o programa de redução de efectivos	-	-	1634.982	1634.982
Ganhos actuariais, líquidos	(13162.334)	(20.497.628)	-	(52.109.962)
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(5.396.563)	(7.312.498)	(127.494.133)	(140.203.194)
Saldo em 30 de Setembro de 2009	773.149.677	21.329.017	817.352.012	1.611.830.706

	euros			
	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	764.851.062	(65.540.099)	791.441.962	1.490.752.925
Custos com benefícios de reforma do período, líquidos	26.943.017	(3.182.817)	29.707.500	53.467.700
Custos com o programa de redução de efectivos	120.332	-	6.579.828	6.700.160
Perdas actuariais, líquidas	60.870.023	11753.614	-	72.623.637
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(35.676.487)	70.727.897	(115.591.427)	(80.540.017)
Saldo em 30 de Setembro de 2010	817.107.947	13.758.595	712.137.863	1.543.004.405

Alguns planos de benefícios de reforma apresentam posições excedentárias, pelo que são apresentados na demonstração da posição financeira separadamente dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 30 de Setembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na demonstração da posição financeira como segue:

	euros	
	30 Set 2010	31 Dez 2009
Planos de pensões com uma posição deficitária	818.362.551	766.130.901
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	712.137.863	791.441.962
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	13.758.595	768.658
Planos com uma posição deficitária	1.544.259.009	1.558.341.521
Planos de pensões com uma posição excedentária	(1254.604)	(1279.839)
Planos de cuidados de saúde com uma posição excedentária	-	(66.308.757)
Planos com uma posição excedentária	(1.254.604)	(67.588.596)
	1.543.004.405	1.490.752.925

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009 é como segue:

	euros			
	9M 10	9M 09	3T 10	3T 09
Custos com benefícios de reforma, líquidos				
Custo com o serviço do período	6.111.065	5.188.750	2.037.021	1706.250
Custo financeiro do período (i)	151532.883	162.226.500	50.510.961	54.075.500
Rendimento estimado dos fundos (ii)	(102.723.991)	(98.710.500)	(34.241.330)	(32.903.500)
Amortização de ganhos com serviços passados	(1452.257)	(149.750)	(484.085)	(473.250)
	53.467.700	67.215.000	17.822.567	22.405.000
Custos de curtailment, líquidos				
Programa de redução de efectivos	6.700.160	1634.982	1056.091	165.935
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	4.152.809	2.443.534	557.665	426.565
	10.852.969	4.078.516	1.613.756	592.500

- (i) A redução nos custos financeiros é explicada principalmente (1) pela diminuição nas responsabilidades não financiadas em 2009, no seguimento da suspensão do programa de redução de efectivos, e (2) pela redução na taxa de desconto em Dezembro de 2009 de 5,75% para 5,5%.
- (ii) O aumento na rentabilidade estimada dos activos dos planos resultou essencialmente do aumento ocorrido no valor de mercado dos fundos no exercício de 2009, em resultado do desempenho positivo dos activos dos fundos e das contribuições para os fundos de pensões.

A Portugal Telecom, tal como já foi referido acima, não obteve um estudo actuarial a 30 de Setembro de 2010. Conforme divulgado no último relatório anual, o impacto de um aumento (diminuição) de 25 bp na taxa de desconto actuarial utilizada seria uma diminuição (aumento) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 92 milhões de euros (97 milhões de euros) em 31 de Dezembro de 2009, enquanto o impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com saúde seria um aumento (diminuição) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 57 milhões de euros (47 milhões de euros).

As perdas e ganhos actuariais reconhecidos nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, que ascenderam a uma perda de 72.623.637 euros e a um ganho de 70.577.626 euros, respectivamente, e os ganhos actuariais líquidos reconhecidos nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2009, os quais ascenderam a 152.109.962 euros e 136.534.478 euros, respectivamente, resultam da diferença entre a rentabilidade estimada e a rentabilidade real dos activos dos planos. Nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, a rentabilidade real dos activos foi 1,4% e 12,2%, respectivamente, em comparação com o pressuposto actuarial que corresponde a uma rentabilidade de 4,5%.

Os fluxos de caixa relativos a benefícios de reforma nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009 foram como segue:

	euros	
	9M 10	9M 09
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	115.591.427	127.494.133
Contribuições para os fundos de pensões	35.097.608	5.396.563
Pagamentos de benefícios de pensões	578.879	-
Reembolso do excesso de financiamento no plano de cuidados de saúde	(75.000.000)	-
Pagamentos por conta de despesas com cuidados de saúde líquidas dos respectivos reembolsos	4.272.103	7.312.498
	80.540.017	140.203.194
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	4.152.809	2.443.535
	84.692.826	142.646.729

A Portugal Telecom encontra-se em conversações com o Governo Português relativamente à eventual transferência para o Estado dos Planos de Pensões Regulamentares que abrangem parte dos actuais trabalhadores e ex-trabalhadores da Portugal Telecom, bem como dos Fundos de Pensões constituídos para fazer face a estas responsabilidades. Quaisquer insuficiências de financiamento das responsabilidades, apuradas à data de transferência, serão financiadas integralmente pela Portugal Telecom. As partes ainda não chegaram a um acordo, pelo que uma eventual transferência está condicionada ao acordo quanto aos respectivos termos e condições e à aprovação pelos respectivos órgãos competentes.

A valorização das responsabilidades e activos a transferir para a esfera do Governo Português será determinada através de uma avaliação independente. Em 31 de Dezembro de 2009, o valor actual das responsabilidades passadas relativas aos referidos Planos de Pensões Regulamentares apurado no último estudo actuarial ascendia a 2.591 milhões de euros, incluindo o Plano de Pensões do Pessoal da Portugal Telecom/CGA, o Plano de Pensões Regulamentares da Companhia Portuguesa Rádio Marconi e o Plano de Pensões Marconi. Na mesma data, o valor de mercado dos Fundos de Pensões constituídos pela PT Comunicações para financiamento das referidas responsabilidades ascendia a 1.844 milhões de euros.

7. Outros custos líquidos

O aumento nos outros custos, nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, está principalmente relacionado com os seguintes itens não recorrentes reconhecidos no terceiro trimestre de 2010: (1) ajustamentos no montante total de 38 milhões de euros, de modo a ajustar determinadas contas a receber (26 milhões de euros) e existências (12 milhões de euros) para os respectivos valores recuperáveis; (2) provisões no montante total de 15 milhões de euros de modo a reflectir os custos estimados com alguns processos judiciais em curso; e (3) custos incorridos durante o terceiro trimestre de 2010 com serviços prestados relativos ao processo de aquisição do Grupo Oi (25 milhões de euros).

8. Juros suportados líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	9M 10	9M 09	3T 10	euros 3T09
Juros suportados				
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	206.207.170	186.456.118	70.586.977	(30.811.443)
Outros	6.685.641	4.708.932	2.195.768	1.899.855
Juros obtidos				
Relacionados com caixa e investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(33.400.885)	(23.502.198)	(14.261.347)	89.957.830
Outros	(3.941.972)	(3.456.206)	(1.577.383)	(943.286)
	175.549.954	164.206.646	56.944.015	60.102.956

O aumento dos juros suportados líquidos resultou essencialmente do impacto do aumento do custo médio da dívida (17 milhões de euros), o qual foi 4,6% e 4,1% nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, respectivamente. Este efeito foi parcialmente compensado pelo impacto da redução da dívida.

9. Outros custos (ganhos) financeiros líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	9M 10	9M 09	3T 10	euros 3T09
Derivados não classificados como de cobertura (i)	(529.860)	(5.520.874)	(309.831)	(96.640)
Perdas com variações cambiais, líquidos (ii)	11.097.152	1.569.754	14.981.390	6.703.644
Outros, líquidos (iii)	24.900.533	20.522.790	8.616.152	8.110.160
	35.467.825	16.571.670	23.287.711	14.717.164

(i) Esta rubrica refere-se à variação no valor de mercado de determinados instrumentos financeiros derivados não classificados como de cobertura. Os ganhos registados no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009 são explicados, essencialmente, pelo impacto da apreciação do Dólar face ao Euro em derivados cambiais Euro/Dólar, os quais foram liquidados em Abril de 2009.

(ii) Os custos registados nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 incluem principalmente o impacto da depreciação do Dólar face ao Euro durante o terceiro trimestre de 2010 relativamente aos dividendos recebidos da Unitel que foram atribuídos em Junho de 2010.

(iii) Esta rubrica inclui, essencialmente, custos com serviços bancários e comissões e outros custos de financiamento.

10. Imposto sobre o rendimento

A partir de 1 de Janeiro de 2010, no seguimento da alteração na legislação fiscal, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias com sede em Portugal passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, acrescida da derrama de até um máximo de 1,5% sobre a matéria colectável de IRC e de mais 2,5% sobre a matéria colectável acima de 2 milhões de euros, atingindo uma taxa máxima agregada de cerca de 29,0%. Em 2009, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias com sede em Portugal foram tributadas com base numa taxa de imposto agregada de cerca de 26,5%.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre a taxa nominal e efectiva de imposto é como segue:

	EUROS			
	9M 10	9M 09 (reexpresso)	3T 10	3T 09 (reexpresso)
Resultado antes de impostos	259.722.593	566.909.872	(34.797.242)	173.831.598
Taxa nominal de imposto	29,0%	26,5%	29,0%	26,5%
	75.319.552	150.231.116	(10.091.200)	46.065.373
Ganho decorrente de uma redução de impostos diferidos passivos (i)	(51972.905)	-	(3.565.317)	-
Diferenças permanentes (ii)	42.105.868	6.026.589	34.431.527	705.455
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior	(1652.162)	(1070.883)	8.285.044	775.288
Alteração da taxa de imposto em Portugal (iii)	(3.503.355)	-	-	-
Taxas de imposto diferenciadas	(8.563.945)	5.585.719	(261.427)	2.108.246
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	7.309.694	1546.575	4.702.482	209.135
Reconhecimento e reversão de prejuízos fiscais de exercícios anteriores por certas empresas	4.520.000	(3.733.148)	4.520.000	(225.588)
Outros	564.267	5.835.276	(417.765)	3.030.856
	64.127.014	164.421.244	37.603.344	52.668.766
Imposto sobre o rendimento (Nota 5)				
Imposto corrente	90.777.041	133.095.343	19.669.572	41948.399
Imposto diferido	(26.650.027)	31325.901	17.933.772	10.720.367
	64.127.014	164.421.244	37.603.344	52.668.766

- (i) Este ganho resulta principalmente da diminuição dos impostos diferidos passivos relacionados com dividendos não atribuídos por empresas associadas, em resultado da redução na taxa de imposto aplicável de 26,5% para 10%.
- (ii) A alteração nesta rubrica é explicada essencialmente por um aumento nas despesas não dedutíveis fiscalmente, nomeadamente relacionadas com (1) perdas não recorrentes reconhecidas nos investimentos em empresas associadas no trimestre findo em 30 de Setembro de 2010, tal como mencionado na Nota 5, e (2) determinados juros suportados incorridos pela PT SGPS relacionados com a aquisição de investimentos financeiros.
- (iii) Esta rubrica diz respeito ao impacto nos impostos diferidos da alteração em 1 de Janeiro de 2010 na taxa nominal de imposto aplicável em Portugal.

A diminuição nos activos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira é explicada essencialmente (1) pela alienação da Vivo, que tinha activos por impostos diferidos no montante total de 418 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, e (2) por uma redução dos activos por impostos diferidos relacionados com benefícios de reforma em resultado dos pagamentos e contribuições efectuados durante o período. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto fiscal das perdas actuariais registados no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, o qual foi incluído na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral e ascendeu a um ganho de 19.245.264 euros.

A diminuição nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira é explicada principalmente (1) pela alienação da Vivo, que tinha passivos por impostos diferidos no montante total de 119 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009, e (2) pelo ganho de 51.972.905 euros incluído na tabela acima. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo registo de um imposto diferido passivo no montante de 15.143.542 euros, o qual foi reconhecido directamente no capital próprio e corresponde ao efeito fiscal associado à componente de capital das obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom em 2007 (o reconhecimento deste imposto diferido passivo resulta das alterações ocorridas na legislação fiscal portuguesa em 2010).

11. Operações descontinuadas

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Vivo foi classificada como uma operação descontinuada na sequência do acordo celebrado com a Telefónica em 28 de Julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% da Brasilcel por um valor total de 7.500 milhões de euros. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada.

Como mencionado nas Notas 1 e 2, a venda foi concluída em 27 de Setembro de 2010, tendo a Portugal Telecom recebido nesse dia 4.500 milhões de euros (Nota 15.b). Em relação ao montante remanescente, o acordo celebrado com a Telefónica prevê que

1.000 milhões de euros sejam pagos em 30 de Dezembro de 2010 e 2.000 milhões de euros sejam pagos até 31 de Outubro de 2011. O valor presente destes montantes foi classificado na Demonstração Consolidada da Posição Financeira nas rubricas de contas a receber do activo corrente e não corrente, respectivamente.

A Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.409 milhões de euros com a venda da Vivo, o qual inclui: (1) 4.390 milhões de euros correspondentes à diferença entre o preço acordado com a Telefónica (7.500 milhões de euros) e o valor contabilístico do investimento na Brasilcel à data da alienação (3.110 milhões de euros); (2) 1.134 milhões de euros relativos à transferência para resultado líquido dos ajustamentos de conversão cambial acumulados; (3) 47 milhões de euros relativos ao efeito do valor presente dos 3.000 milhões de euros a receber da Telefónica; e (4) 68 milhões de euros relativos a honorários legais e de consultoria e outros custos relacionados com a venda.

O resultado líquido das operações descontinuadas inclui (1) um ganho de 5.409 milhões de euros reconhecido com a venda, como explicado acima, (2) o resultado líquido antes de interesses minoritários da Vivo até ao final de Agosto de 2010 (110 milhões de euros), e (3) a transferência de ajustamentos da conversão cambial positivos (CTA's) para resultado líquido (32 milhões de euros), decorrente de reduções de capital realizadas pela Brasilcel no segundo trimestre de 2010, relativas ao reembolso de parte do investimento efectuado. O detalhe do resultado líquido das operações descontinuadas é como segue:

	euros			
	9M 10	9M 09	3T 10	3T 09
Ganho líquido registado no âmbito da venda da Brasilcel				
Mais-valia	4.389.916.509	-	4.389.916.509	-
CTA's transferidos para resultado líquido com a venda	1.134.59.099	-	1.134.59.099	-
Efeito do valor presente da conta a receber da Telefónica	(46.753.264)	-	(46.753.264)	-
Custos relacionados com a venda	(68.256.320)	-	(68.256.320)	-
	5.409.066.024	-	5.409.066.024	-
Resultado líquido antes de interesses minoritários da Vivo	10.444.523	44.417.179	65.699.788	29.558.784
CTA's transferidos para resultado líquido decorrentes de reduções de capital	31940.853	-	-	-
Resultado líquido das operações descontinuadas	5.551.451.400	44.417.179	5.474.765.812	29.558.784

Os resultados da Vivo nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, até à conclusão da venda deste negócio, e nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2009 são como segue:

	euros			
	9M 10	9M 09	2M 10	3T 09
Receitas	2.593.095.228	2.262.267.983	708.290.015	819.892.006
Custos:				
Custos com pessoal	150.109.495	113.038.291	41913.708	39.166.651
Custos directos	545.450.454	442.393.274	144.775.255	164.071.137
Custos comerciais	555.099.483	523.130.070	146.393.651	180.236.661
Amortizações	530.428.173	524.484.544	107.117.259	180.772.330
Outros custos	567.996.080	509.166.570	148.513.482	177.683.077
Total de custos	2.349.083.685	2.112.212.749	588.713.355	741.929.856
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	244.011.543	150.055.234	119.576.660	77.962.150
Ganhos e (perdas) financeiros	(38.752.802)	(87.124.328)	(12.199.449)	(36.519.588)
Resultados antes de impostos	205.258.741	62.930.906	107.377.211	41.442.562
Imposto sobre o rendimento	(94.814.218)	(18.513.727)	(41.677.423)	(11.883.778)
Resultado líquido	110.444.523	44.417.179	65.699.788	29.558.784

Os activos e passivos relativos a operações descontinuadas na data da venda e em 31 de Dezembro de 2009 são como segue:

	euros	
	2010	2009
Activos:		
Activos correntes	1456.657.504	1216.622.389
Activos intangíveis	3.115.051.129	2.973.562.598
Activos tangíveis	1271.300.163	1305.840.206
Impostos diferidos	432.318.155	418.299.378
Outros activos não correntes	299.323.133	236.379.670
Total dos activos	6.574.650.084	6.149.704.241
Passivos:		
Passivos correntes	1344.666.287	1273.655.294
Dívida de médio e longo prazo	764.475.652	831.134.229
Outros passivos não correntes	306.010.940	239.581.307
Total dos passivos	2.415.152.879	2.344.370.830
Capital próprio excluindo interesses minoritários	3.110.083.492	2.898.407.431
Interesses minoritários	1049.413.713	906.925.980
Total do capital próprio	4.159.497.205	3.805.333.411
Total do capital próprio e do passivo	6.574.650.084	6.149.704.241

Os fluxos de caixa da Vivo no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, até à conclusão da venda deste negócio, e no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009 foram como segue:

	euros	
	9M 10	9M 09
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	2.893.087.731	2.487.831.329
Pagamentos a fornecedores	(1.863.175.077)	(1.569.146.329)
Pagamentos ao pessoal	(152.705.823)	(119.853.434)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(25.099.067)	(8.733.909)
Pagamentos relativos a impostos indirectos, taxas e outros	(249.074.381)	(186.219.330)
Fluxos das actividades operacionais	603.033.383	603.878.327
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e proveitos similares	11.349.529	23.227.481
Outras actividades de investimento	5.616.759	12.707.779
	16.966.288	35.935.260
Pagamentos respeitantes a:		
Activos tangíveis e intangíveis	(207.313.444)	(321.357.759)
Outras actividades de investimento	(948.117)	(3.525.321)
	(208.261.531)	(324.883.080)
Fluxos das actividades de investimento	(191.295.243)	(288.947.820)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	172.578.466	178.582.253
Aumentos de capital e prémios de emissão	-	13.307.461
Outras actividades de financiamento	3.299.354	32.032.144
	175.877.820	223.921.858
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(336.418.441)	(597.120.560)
Juros e custos similares	(74.696.080)	(145.968.766)
Dividendos/distribuição de resultados	(32.706.668)	(21.293.974)
Redução de capital e prestações suplementares	(91.116.750)	-
	(534.937.939)	(764.383.300)
Fluxos das actividades de financiamento	(359.060.119)	(540.461.442)

12. Resultados por acção e dividendos

Os resultados por acção para os períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009 foram calculados como segue:

		euros			
		9M 10	9M 09 (reexpresso)	3T 10	3T 09 (reexpresso)
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses minoritários	(1)	127.550.365	357.330.945	(89.574.975)	102.611.648
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários	(2)	5.490.152.172	15.321.622	5.442.783.308	13.464.565
Resultado líquido atribuível a accionistas da Portugal Telecom	(3)	5.617.702.537	372.652.567	5.353.208.333	116.076.213
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	21.339.868	22.577.181	7.132.703	7.550.746
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído	(5)	5.639.042.405	395.229.748	5.360.341.036	123.626.959
Número médio de acções ordinárias em circulação no período	(6)	875.872.500	875.872.500	875.872.500	875.872.500
Efeito das obrigações convertíveis	(7)	64.655.172	64.655.172	64.655.172	64.655.172
		940.527.672	940.527.672	940.527.672	940.527.672
Resultado por acção das operações continuadas, líquido de interesses minoritários					
Básico	(1)/(6)	0,15	0,41	(0,10)	0,12
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,15	0,40	(0,10)	0,12
Resultado por acção das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários					
Básico	(2)/(6)	6,27	0,02	6,21	0,02
Diluído	(2)/(7)	5,84	0,02	5,79	0,01
Resultado líquido por acção atribuível a accionistas da Portugal Telecom					
Básico	(3)/(6)	6,41	0,43	6,11	0,13
Diluído	(5)/(7)	6,00	0,42	5,70	0,13

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 16 de Abril de 2010, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por acção de 57,5 cêntimos de Euro relativo ao exercício de 2009, tendo sido pago um dividendo total de 503.626.688 euros (Nota 15.e) em Maio de 2010.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de Março de 2009, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por acção de 57,5 cêntimos de Euro relativo ao exercício de 2008, tendo sido pago um dividendo total de 503.626.688 euros (Nota 15.e) em Abril de 2009.

13. Activos tangíveis e intangíveis

Em 30 de Setembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os saldos dos activos tangíveis e intangíveis são como segue:

		euros	
		30 Set 2010	31 Dez 2009 (reexpresso)
Activos tangíveis		3.542.539.960	4.843.868.200
Activos intangíveis			
Licenças e outros direitos		639.255.876	2.872.628.363
Goodwill		409.128.013	1.162.224.812
Outros activos intangíveis		315.455.555	39.450.023
		1.079.929.444	4.074.303.198
		4.622.469.404	8.918.171.398

A diminuição no valor contabilístico dos activos tangíveis e intangíveis é explicado essencialmente pela venda da Vivo, que tinha activos tangíveis e intangíveis no montante total de 4.279.402.804 euros em 31 de Dezembro de 2009. Ajustando pelo impacto da alienação da Vivo, os activos tangíveis e intangíveis teriam diminuído de 4.638.768.594 euros em 31 de Dezembro de 2009 para

4.622.469.404 euros, com os custos com amortizações de 549.274.796 euros no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, a mais do que compensarem os investimentos em activos tangíveis e intangíveis efectuados no período, no montante de 493.573.479 euros (Nota 5), e o goodwill registado na aquisição da GPTI, no montante de 46.118.894 euros (Nota 2).

Durante os períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, os custos com amortizações e os investimentos em activos tangíveis e intangíveis foram como segue:

	euros			
	9M 10	9M 09 (reexpresso)	3T 10	3T 09 (reexpresso)
Amortizações				
Activos tangíveis	47173.966	424.861.594	171619.082	150.723.550
Activos intangíveis	77.560.830	66.826.892	27.965.347	17.609.576
	549.274.796	491.688.486	199.584.429	168.333.126
Investimentos em activos tangíveis e intangíveis (Nota 5)				
Activos tangíveis	439.600.493	434.283.969	152.463.261	192.067.299
Activos intangíveis	53.972.986	97.865.906	28.965.128	13.622.457
	493.573.479	532.149.875	181.428.389	205.689.756

O aumento nos custos com amortizações nos períodos de nove e três meses findos em 30 de Setembro de 2010, face aos mesmos períodos do ano anterior, reflectem essencialmente uma maior contribuição da rede fixa em Portugal (42 milhões de euros e 22 milhões de euros, respectivamente), em resultado dos investimentos realizados na implementação do serviço de televisão por subscrição.

Em 30 de Setembro de 2010, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de activos fixos e existências nos montantes de 86 milhões de euros e 59 milhões de euros, respectivamente.

14. Dívida

Em 30 de Setembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respectivamente, a 7.028.843.249 euros e 7.046.048.028 euros e tinha a seguinte composição:

	euros			
	30 Set 2010		31 Dez 2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	712.031.620	-	705.558.383
Empréstimos por obrigações não convertíveis	-	4.372.577.844	41811.014	4.734.508.969
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	120.600.603	1035.800.047	244.145.559	1027.450.534
Empréstimos internos	3.960.588	-	167.295	-
Outros empréstimos				
Papel comercial	487.747.466	-	-	-
Empréstimos externos	620.090	-	47.195	-
Empréstimos internos	12.832.734	-	-	-
Passivo relativo a equity swaps sobre acções próprias	178.071.827	-	178.071.827	-
Locação financeira	33.331.984	71268.446	30.289.010	83.998.242
	837.165.292	6.191.677.957	494.531.900	6.551.516.128

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, a dívida bruta manteve-se relativamente estável, essencialmente devido aos seguintes efeitos:

- O impacto da venda da Vivo, que tinha uma dívida bruta total no montante de 995 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009;

- Programas de papel comercial de curto prazo no âmbito dos quais a Portugal Telecom tinha em dívida um montante total de 488 milhões de euros em 30 de Setembro de 2010, com reembolso em Outubro de 2010 e uma taxa de juro média anual de 1,0%. Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa não estava a utilizar qualquer montante no âmbito destes programas;
- O aumento do montante utilizado ao abrigo de *revolving credit facilities*, de 200 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009 para 500 milhões de euros em 30 de Setembro de 2010; e
- Dois empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento no montante total de 200 milhões de euros, com o objectivo de investir na rede de nova geração da Portugal Telecom, com reembolso entre 2018 e 2021.

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, com excepção do acima referido, a Portugal Telecom não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, nem amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de Dezembro de 2009. Adicionalmente, com excepção do acima referido, a Portugal Telecom não contratou novas linhas de crédito significativas nem emitiu obrigações de taxa variável relevantes, e os reembolsos dos empréstimos bancários e da dívida foram efectuados em linha com a maturidade da dívida divulgada no último relatório anual.

O montante não utilizado no âmbito dos programas de papel comercial contratados pela Portugal Telecom (387 milhões de euros) e o montante das linhas de crédito disponíveis (565 milhões de euros), acrescidos das disponibilidades em caixa e seus equivalentes nas operações domésticas (6.168 milhões de euros), totalizavam 7.120 milhões de euros em 30 de Setembro de 2010, um aumento face a 2.864 milhões de euros no final do ano de 2009, essencialmente em resultado do montante de 4.500 milhões de euros recebido no âmbito da alienação da Vivo.

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, não ocorreram alterações significativas nos principais condicionalismos financeiros incluídos nos contratos de dívida, os quais estavam a ser cumpridos a essa data. Relativamente à alienação da Vivo, a Portugal Telecom obteve uma comunicação formal de uma instituição financeira indicando que não se opunha à venda deste investimento e, conseqüentemente, não se aplicaria o respectivo condicionalismo financeiro relacionado com a venda de activos.

15. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento** – A diminuição nesta rubrica está relacionada essencialmente com menores pagamentos do negócio doméstico, em resultado da diminuição dos lucros tributáveis nas operações domésticas.
- (b) Recebimentos relativos a investimentos financeiros** - No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, esta rubrica inclui essencialmente (i) o montante de 4.500 milhões de euros (Notas 2 e 11) recebido no âmbito da venda da participação de 50% na Brasilcel e (ii) um montante de 90 milhões de euros recebido da Brasilcel a título de reduções de capital. No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009, esta rubrica inclui um adiantamento de 20 milhões de euros relativo à venda da Médi Telecom, concluída em Dezembro de 2009.

- (c) **Recebimento de dividendos** – Durante os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	9M 10	9M 09
Unitel (i)	44.087.222	60.347.754
CTM	8.347.332	17.981.317
Outras	1.225.555	757.871
	53.660.109	79.086.942

- (i) Os dividendos recebidos da Unitel no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010 são relativos ao exercício de 2008 e correspondem a 60 milhões de dólares de um total de 150 milhões de dólares, sendo que os restantes 90 milhões de dólares já tinham sido recebidos no quarto trimestre de 2009. Os dividendos recebidos da Unitel no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009 são relativos ao exercício de 2007 e correspondem a 80 milhões de dólares.

- (d) **Empréstimos** – Os recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e os reembolsos respeitantes a empréstimos obtidos estão, essencialmente, relacionados com a renovação regular de papel comercial e de outros empréstimos bancários.

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 969.438.845 euros e estão relacionados essencialmente com (i) o aumento do nível de utilização do programa de papel comercial de curto prazo e de algumas *credit facilities* e (ii) os empréstimos obtidos do Banco Europeu de Investimento, conforme explicado em detalhe na Nota 14.

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 1.053.633.770 euros e são explicados essencialmente por: (i) obrigações emitidas pela PT Finance no montante total de 1.300 milhões de euros; (ii) *floating rate notes* emitidas pela PT Finance no montante de 250 milhões de euros; e (iii) um aumento de 400 milhões de euros na utilização de linhas de crédito contratadas pela PT Finance. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo: (i) reembolso em Abril de 2009 das obrigações emitidas pela PT Finance em Abril de 1999 (879,5 milhões de euros); e (ii) decréscimo do nível de utilização do programa de papel comercial (135 milhões de euros).

- (e) **Pagamentos de dividendos** – Nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, os dividendos pagos foram como segue:

	euros	
	9M 10	9M 09
Portugal Telecom (Nota 12)	503.626.688	503.626.688
MTC	25.813.896	10.985.081
Cabo Verde Telecom	22.711.812	14.017.718
Africatel	5.549.000	5.100.000
Timor Telecom	6.296.471	4.967.775
Outras	2.482.422	1.677.659
	566.480.289	540.374.921

- (f) **Outras actividades de financiamento** – No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009, os pagamentos resultantes de outras actividades de financiamento estão relacionados essencialmente com a liquidação de um derivado de taxa de câmbio Euro-Dólar contratado pela Portugal Telecom no montante de 37,6 milhões de euros.

16. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e controladas conjuntamente

Os saldos em 30 de Setembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 e as transacções ocorridas durante os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	30 Set 2010	31 Dez 2009	30 Set 2010	31 Dez 2009	30 Set 2010	31 Dez 2009
Empresas internacionais:						
Unitel (i)	142.935.156	54.117.992	2.920.243	6.336.992	-	-
Multitel	5.474.399	5.311.686	324.628	420.208	896.095	892.378
CTM	139.524	223.513	71.934	61.075	-	-
Outras	199.671	1.991.467	181.747	482.915	-	73.849
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	5.537.686	6.329.784	19.734.614	23.568.950	-	-
Entigere	5.123.466	4.735.767	77.904	34.466	-	-
Siresp	2.676.282	2.794.179	-	-	4.235.044	4.179.410
Fundação PT	1.920.286	554.492	1.076	-	-	-
PT-ACS	1.134.623	469.509	453.980	540.364	-	-
Sportinveste Multimédia	178.238	880.605	533.227	404.519	34.318.668	35.318.668
Outras	967.790	913.038	453.741	902.319	454.830	3.069.979
	168.007.121	78.322.032	24.753.094	32.751.808	39.904.637	43.534.284

- (i) As contas a receber da Unitel em 30 de Setembro de 2010 incluem dividendos no montante de 175 milhões de dólares (128 milhões de euros) relativos aos resultados de 2009. Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui dividendos a receber da Unitel no montante de 60 milhões de dólares (Nota 15.c) relativos aos resultados de 2008, os quais foram recebidos no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	9M 10	9M 09	9M 10	9M 09	9M 10	9M 09
Empresas internacionais:						
Unitel	10.577.893	8.647.951	10.538.339	13.077.939	-	16.228
Multitel	79.740	31.006	803.179	817.940	-	-
CTM	92.833	134.655	137.316	387.134	-	-
Outras	272.853	1.244.414	312.447	509.620	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	39.063.034	45.485.468	2.780.341	2.358.075	-	-
PT-ACS	4.346.480	3.252.368	739.607	382.803	-	-
Sportinveste Multimédia	1.023.040	938.770	72.281	82.117	71.041	153.585
Caixanet	129.288	198	395.121	6.967.191	-	-
Outras	857.452	1.149.766	12.582.574	16.642.096	84.590	66.889
	56.442.613	60.884.596	28.361.205	41.224.915	155.631	236.702

Os termos dos acordos comerciais celebrados pela Portugal Telecom e suas empresas subsidiárias com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas; e
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel.

Adicionalmente, no seguimento da venda da participação de 50% na Brasilcel, concluída em 27 de Setembro de 2010, a Vivo não foi considerada como parte relacionada em 30 de Setembro de 2010. As transacções ocorridas durante os períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009 entre a Portugal Telecom e a Vivo, que consistiram principalmente na prestação de

serviços de *call center* por parte da Dedic, ascenderam a 100 milhões de euros e 82 milhões de euros, respectivamente, correspondendo a 100% das receitas reconhecidas pela Portugal Telecom e as suas subsidiárias com a Vivo, uma vez que os resultados da Vivo já não são consolidados proporcionalmente. Em 31 de Dezembro de 2009, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias tinham contas a receber líquidas da Vivo no montante de 21 milhões de euros, correspondentes à parcela de 50% de participação que a Portugal Telecom não detinha na Vivo àquela data, uma vez que os activos e passivos da Vivo foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro 2009.

b) Accionistas

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da actividade. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são accionistas da Portugal Telecom. As transacções ocorridas durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010 e os saldos nessa data com os principais accionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

Empresa	euros				
	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos (suportados), líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	9.505.859	9.949.998	(2.081.026)	3.339.206	12.951.928
BES	13.320.585	32.364.231	10.900.350	2.297.331	6.050.000
Visabeira	5.796.067	63.753.718	-	2.772.264	5.012.379
Controlinveste	3.456.888	37.294.491	-	780.280	8.986.058
Ongoing	409.808	2.047.122	-	430.100	546.640
Barclays	282.294	3.137	(1.903.777)	176.007	-
Deutsche Bank	54.934	29.288	(84.119)	21.058	-
	42.826.435	155.441.985	6.831.428	9.816.246	33.547.005

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus accionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de activos dos fundos incluem acções, obrigações e outros investimentos dos nossos accionistas, e também investimentos em imóveis arrendados ao Grupo. Em 30 de Setembro de 2010, a exposição total desses investimentos à Portugal Telecom, BES e Ongoing ascendia a 354 milhões de euros, 106 milhões de euros e 75 milhões de euros, respectivamente.

c) Outros

As remunerações fixas auferidas pelos administradores executivos e não executivos da Portugal Telecom nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, as quais são estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, foram as seguintes:

	euros	
	9M 10	9M 09
Administradores executivos	2.192.188	2.287.516
Administradores não executivos	994.660	1.046.232
Comissão de Auditoria	415.510	426.785
	3.602.358	3.760.533

A Comissão Executiva aumentou em Março de 2009 de 4 membros para 7 membros e reduziu para 5 membros em Março de 2010.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir uma remuneração variável anual relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, e uma remuneração variável plurianual associada à performance no exercício das suas funções durante o mandato, a qual é paga no fim desse período. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece a especialização destas remunerações variáveis anuais e plurianuais. No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2009 paga aos sete administradores executivos ascendeu a 3.524.285 euros, o que compara com 2.247.571 euros referentes à remuneração variável anual de 2008 paga aos quatro administradores executivos no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2009. No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, não ocorreu qualquer pagamento de remuneração variável plurianual.

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.797.544 euros a dois administradores executivos que cessaram funções em Março de 2010, respeitante às remunerações até ao final dos respectivos mandatos e à compensação pelo pacto de não concorrência paga a um dos administradores.

Em complemento das remunerações acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de regalias que são utilizadas essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo. Em 30 de Setembro de 2010, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos de pensões da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em acções, nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2010 e 2009, a remuneração fixa dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascendeu a 5,2 milhões de euros e 5,1 milhões de euros, respectivamente, e a remuneração variável anual ascendeu a 3,4 milhões de euros e 4,0 milhões de euros, respectivamente.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é também gerente da empresa "Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda.", a qual no curso normal das operações, prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2010, no montante de aproximadamente 1,1 milhões de euros (excluindo IVA).

17. Eventos subsequentes

A Portugal Telecom anunciou no dia 3 de Novembro de 2010 que o seu Conselho de Administração aprovou a intenção de submeter para aprovação na próxima Assembleia Geral de Accionistas a seguinte proposta de política de remuneração accionista:

- Um dividendo excepcional de 1,65 euros por acção, do qual 1,00 euro por acção será pago em Dezembro de 2010 (como adiantamento dos lucros de 2010), relativamente ao qual é formalmente necessário que seja aprovado previamente numa reunião específica do Conselho de Administração, e 0,65 euros por acção a ser pago em Maio de 2011, sendo que este último está sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas;
- Um dividendo ordinário de 0,65 euros por acção para os exercícios fiscais que terminam em 31 de Dezembro de 2010 e 2011, representando um aumento de 13% em relação ao compromisso inicial da empresa de 0,575 euros por acção para o mesmo período, e o qual está sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas.

O dividendo excepcional e a proposta de política de remuneração estão sujeitos às condições de mercado, à condição financeira da Portugal Telecom, à lei aplicável no que respeita à distribuição de resultados líquidos, incluindo aprovações adicionais pela Assembleia Geral, quando aplicável, e a outros factores considerados relevantes pelo Conselho de Administração em cada data.